

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE BELAS-ARTES



**PÁGINAS PROIBIDAS: CENSURA LITERÁRIA NO
ESTADO NOVO**

Proposta de exposição para o Museu do Aljube

Margarida González de Aquino Oliveira Dias

Trabalho de Projeto

Mestrado em Museologia e Museografia

Trabalho de Projeto orientado pelo Prof. Doutor Eduardo Manuel Alves Duarte

2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu Margarida González de Aquino Oliveira Dias, declaro que o presente trabalho de projeto de mestrado intitulado “*Páginas Proibidas: censura literária no Estado Novo – Proposta de exposição para o Museu do Aljube*”, é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia ou outras listagens de fontes documentais, tal como todas as citações diretas ou indiretas têm devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas académicas.

O Candidato

Lisboa, 27 de fevereiro de 2025

RESUMO

O presente trabalho de projeto consiste na apresentação de uma proposta de exposição para o Museu do Aljube, baseada na abordagem da censura literária durante o Estado Novo.

O Museu do Aljube, um dos poucos museus que aborda detalhadamente a era ditatorial e a Revolução de 25 de Abril, é uma instituição museológica que tem vindo a ganhar cada vez mais destaque no panorama nacional devido à relevância da sua temática, considerando-se este o local mais apropriado para a realização deste projeto.

Visa-se dar a conhecer aos visitantes uma breve lista de obras literárias de autores portugueses que foram alvo de cortes ou de proibições totais, dos modos de atuação da censura e das perseguições e acusações criminais que os escritores enfrentaram, devido à comoção suscitada por simples palavras. Neste trabalho encontram-se desenvolvidas as etapas do planeamento de uma exposição: a definição dos objetivos pretendidos; a seleção das obras literárias, da documentação associada e dos textos a expor; a análise museográfica do espaço expositivo; o desenvolvimento das questões relacionadas com o design expositivo, e por fim, a criação de propostas para a programação do museu.

Palavras-chave: Exposição; Censura; Literatura; Aljube; Ditadura.

ABSTRACT

This current project consists in the presentation of an exhibition proposal for the Aljube Museum, based on the theme of literary censorship during Estado Novo. The Aljube Museum, one of the few museums that discusses in detail the dictatorship era and the Carnation Revolution, is a museological institution that has been gaining increasing prominence on the national scene due to the relevance of its theme, making it the most appropriate place to carry out this project.

The aim is to show visitors a brief list of literary works by Portuguese authors that were the target of text cuts or total bans, the methods used by censorship, as well the persecutions and criminal charges that writers faced due to the commotion raised by simple words.

This work covers the stages of an exhibition planning: the establishment of the intended objectives; the selection of the literary works, the associated documentation and the texts to be exhibited; the museographic analysis of the exhibition space; the development of issues related to exhibition design, and lastly the creation of proposals for the museum's programming.

Keywords: Exhibition; Censorship; Literature; Aljube; Dictatorship

AGRADECIMENTOS

Fazer uma dissertação ou um trabalho de projeto é um processo que requer tempo, paciência e sacrifícios. O meu percurso nem sempre foi fácil, marcado muitas vezes pela dúvida, questionando-me se deveria realmente prosseguir com este trabalho. No fim, foi concretizado e sei que sem uma rede de apoio dificilmente o teria feito.

Quero começar por agradecer ao Professor Eduardo Duarte por toda a ajuda e por ter continuado presente apesar das minhas indecisões e tentativas falhadas de realizar outras dissertações nos anos anteriores.

Aos meus pais, por não me terem deixado desistir e continuarem a insistir para que eu lute pelo meu futuro.

Aos meus avós, por todas as palavras encorajadoras.

À Patrícia, grande amiga da família, cuja ajuda e palavras de motivação me fizeram avançar para a frente.

Aos meus amigos por compreenderem a minha ausência.

Um grande obrigado a todos.

Índice

Declaração de autoria	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
Agradecimentos	5
Índice de figuras	7
Lista de abreviaturas	9
Introdução	10
Capítulo 1 – O Museu do Aljube	
1.1 – História e exposição.....	14
1.2 – Missão e objetivos.....	17
1.3 – Programação cultural	19
1.3.1 – Presença literária no museu.....	20
1.3.2 – Exposição temporária “Mulheres e Resistência – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas”	22
Capítulo 2 – Contexto histórico	
2.1 – História da censura no Estado Novo (1933-1974).....	24
2.2 – A proposta.....	33
2.3 – Objetivos.....	35
Capítulo 3 – A exposição	
3.1 – Descrição da exposição.....	37
3.2 – Lista das obras.....	38
3.3 – Documentação.....	51
3.4 – Museografia: plano da exposição.....	60
3.5 – Programação paralela.....	68
Considerações finais	71
Referências bibliográficas	73
Webgrafia	74
Legislação e documentação	76

Índice de figuras

Figura 1 – Primeira edição de <i>O Quarto Dia</i> . Fonte: https://www.livraria-trindade.pt/produto/o-quarto-dia-da-criacao-do-mundo/	39
Figura 2 – Primeira edição de <i>Gaibéus</i> . Fonte: https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-487/alves-redol-com-dedicataria	40
Figura 3 – Primeira edição de <i>Manhã Submersa</i> . Fonte: https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-197/vergilio-ferreira-com-dedicataria-2	41
Figura 4 – Primeira edição de <i>Quando os Lobos Uivam</i> . Fonte: https://www.livrariaferreira.pt/livro/quando-os-lobos-uivam/	42
Figura 5 – Primeira edição de <i>Luuanda</i> . Fonte: https://livrariaultramarina.pt/shop/luuanda-luandino-vieira-1963-1a-edicao-luanda-2/	44
Figura 6 – Primeira edição de <i>Poesia Erótica e Satírica</i> . Fonte: https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-394/antologia-da-poesia-erotica-e-satirica-1966	45
Figura 7 – Primeira edição de <i>O Canto e as Armas</i> . Fonte: https://www.livrariaalfarrabista.com/index.php?livro=29474&titulo=LONGOS%20DIAS%20T%20CAM%20CEM%20ANOS%20PRESEN%20C7A%20DE%20VIEIRA%20DA%20SILVA	46
Figura 8 – Primeira Edição de <i>Escritos Políticos</i> . Fonte: https://livrariaultramarina.pt/shop/escritos-politicos-mario-soares-1a-ed-1969/	47
Figura 9 – Primeira edição de <i>Cantar de Novo</i> . Fonte: https://www.livrariaferreira.pt/livro/cantar-de-novo-2/	49
Figura 10 – Primeira edição de <i>Novas Cartas Portuguesas</i> . Fonte: https://leituria.com/pt/os-livros/prosa/novas-cartas-portuguesas-1-ed	50
Figura 11 – Planta do piso 4, Museu do Aljube. Fonte: https://www.museudoaljube.pt/exposicao-permanente/	61

Figura 12 – Sala de exposições temporárias, piso 4. Perspetiva do fim da sala	
Fonte: Margarida Dias, 2025.....	61
Figura 13 – Área para os textos de introdução.	
Fonte: Margarida Dias, 2025.....	63
Figura 14 – Área de exposição para cada obra, parede esquerda. Fonte:	
Margarida Dias, 2025.....	64
Figura 15 – Espaço para <i>Luuanda</i> e <i>Antologia de Poesia Erótica e Satírica</i> .	
Fonte: Margarida Dias, 2025.....	65
Figura 16 – Espaço para <i>O Canto e as Armas</i> (a partir do extintor). Fonte:	
Margarida Dias, 2025.....	65
Figura 17 – Espaço para <i>Escritos Políticos, Cantar de Novo, Novas Cartas</i>	
<i>Portuguesas</i> e texto de conclusão. Fonte: Margarida Dias, 2025.....	66
Figura 18 – Plano da exposição.	
Fonte: https://www.museudoaljube.pt/exposicao-permanente/	66

Lista de abreviaturas

EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural

LGBTQI+ – *Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer and Intersex*

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

Introdução

Vinda de uma licenciatura onde a literatura foi incansavelmente estudada e com uma paixão perseverante pela leitura desde criança, sempre ambicionei que trabalharia, um dia, como escritora. Porém, a vida ramifica-se em diversos caminhos, um desses caminhos que me levou de encontro à museologia. O meu interesse por esta área adensou-se cada vez mais à medida que prossegui os meus estudos neste mestrado e acabei por compreender que a literatura e a museologia não têm de ser interesses que se opõem, mas sim que se complementam.

Logo no meu primeiro ano neste curso, decidi visitar pela primeira vez o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, movida pela curiosidade por um tema tão fulcral para a nossa história, a Revolução de 25 de Abril. Comecei a desenvolver trabalhos para várias unidades curriculares baseados neste museu e o meu interesse perdurou.

Encontrar um tema para a dissertação, ou trabalho de projeto, foi um percurso tormentoso, que levou bastante tempo. Apercebi-me que estava decidida a, uma vez mais, abordar o Museu do Aljube, mas continuava incerta acerca do tópico que deveria desenvolver. Escrutinei a programação do museu realizada nos últimos anos e concluí que não existe nenhuma exposição exclusivamente dedicada à censura literária. Comecei a considerar formas de conjugar duas áreas do meu interesse – os livros e os museus – numa única exposição. Os livros são objetos desafiantes de se expor, devido à predominância textual e à (quase) ausência de imagens. A verdade é que a maioria dos visitantes de um museu provavelmente preferiria apreciar um quadro do que páginas repletas de texto. Ainda assim, decidi avançar com este projeto.

O Museu do Aljube, apesar dos seus poucos anos de existência, revela uma história riquíssima, que começou ainda séculos antes da inauguração do museu. A história da ditadura no nosso país é minuciosamente explanada, iniciando-se nos seus antecedentes, passando pela censura da liberdade de expressão, o terror exercido pela polícia política, a violência sofrida nas prisões, a Guerra Colonial, culminando na celebração da Revolução dos Cravos. O Museu do Aljube, outrora uma prisão política, preserva ainda de

certo modo, um espírito lúgubre e opressivo, que se esvanece na última sala da exposição de longa duração, iluminada e decorada com cravos vermelhos. Este museu tem vindo a ganhar cada vez mais destaque no panorama nacional, por ser dos poucos que aborda esta temática aprofundadamente, tornando-o assim no espaço ideal para a realização de uma exposição sobre censura literária.

A censura é um dos temas de destaque debatidos no Museu do Aljube, embora seja na sua maioria, mais focada na censura da imprensa periódica com algumas referências à censura literária. Este é um tópico que provavelmente é relativamente desconhecido para muitos portugueses. Pretende-se dar a conhecer os autores que suscitaram a fúria dos serviços de censura e da polícia política, as suas obras e as consequências que enfrentaram, que culminaram muitas vezes em acusações criminais, com penas de prisão. A repressão foi sistematicamente exercida sobre o espírito criativo dos escritores até 1974, não devendo jamais ser esquecida. Foi por mérito destes escritores e de muitas outras figuras da oposição que hoje em dia nos é possível escrever e falar abertamente sobre temas outrora proibidos.

Para a concretização deste trabalho foi necessário primeiramente escolher o espaço designado para a exposição. Foram feitas várias visitas ao museu, nas quais conheci os espaços disponíveis para exposições temporárias. A sala escolhida foi fotografada e foram realizados esboços na planta do espaço para antecipar o número de obras literárias mais os respetivos textos de acompanhamento. Seguiu-se o processo de seleção dos autores e das obras, que foi bastante moroso devido à vastidão de opções existentes. Esta investigação iniciou-se perto da minha casa, na Biblioteca de Oeiras, que foi um espaço que me permitiu avançar com o trabalho por conter os livros que procurava. Foram escolhidas obras de escritores de nacionalidade portuguesa, cujas obras ficaram conhecidas pela ousadia evidente nos textos e que impactaram profundamente a sociedade conservadora na ditadura. O critério de seleção mais importante foi, no entanto, a quantidade de informação e de investigação disponível acerca de uma obra. Neste processo deparei-me com livros que suscitaram de imediato o meu interesse, mas que devido à ausência

de materiais relativos, tive de desistir. Foram igualmente investigados arquivos e repositórios *online* para a inclusão de documentos históricos, maioritariamente provenientes dos órgãos responsáveis pela censura. Embora a existência de arquivos *online* facilite bastante a investigação, nem sempre foi possível encontrar os documentos associados a uma certa obra.

Para o desenvolvimento deste projeto foi também necessário analisar a totalidade da programação do Museu do Aljube desenvolvida nos últimos anos, para deste modo decidir prosseguir com este tema ainda não abordado.

Da bibliografia explorada, destacam-se duas obras que foram fundamentais para o desenvolvimento do presente projeto: *Mutiladas e proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo* (1997) de Cândido de Azevedo e *Breve história da censura literária em Portugal* (1980) de Graça Almeida Rodrigues. Sem a leitura destas obras, dificilmente teria prosseguido com a elaboração deste projeto. Apesar destas obras terem sido publicadas há algumas décadas, as suas investigações continuam a ser imensamente relevantes na atualidade. Através destas obras foi possível conhecer a história da censura em Portugal desde os seus primórdios até ao século XX, dando-se a conhecer uma vasta diversidade de autores portugueses e estrangeiros e as suas respetivas obras, de todos os géneros literários.

Os arquivos digitais da Torre do Tombo e da *Ephemera* – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, contêm um considerável número de relatórios disponíveis para consulta, originários dos serviços de censura, relativos a mandados de apreensão de livros e de processos-crime contra os seus autores. Através dos *websites* do Diário da República e da Hemeroteca Digital foi possível aceder à legislação publicada durante o Estado Novo, o que permitiu compreender melhor as bases legais da intervenção da censura em todos os âmbitos da vida quotidiana. As informações contidas nestes arquivos e bibliotecas digitais são valiosíssimas e auxiliaram na expansão deste trabalho. Relativamente à estrutura, a presente dissertação divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo inicia-se com uma introdução ao Museu do Aljube, com um resumo da sua história e da sua exposição de longa duração, a apresentação

da missão da instituição, os seus objetivos e uma breve análise da presença do âmbito literário na sua programação.

No segundo capítulo é introduzido o tema da censura. A história da censura em Portugal começa por ser sucinta, na qual é explicada a sua origem histórica e a sua evolução do longo dos séculos até ao século XX. A partir da Ditadura Militar, a evolução da censura é apresentada em detalhe, recorrendo à legislação da época que instaurou o controlo repressivo na liberdade de expressão. Começa-se por debater estes modos de repressão na imprensa periódica, passando posteriormente à imprensa literária. São listadas as temáticas “proibidas” que não deveriam ser faladas e divulgadas nos meios de comunicação, incluindo os livros. É abordado o processo de censura, revisão e apreensão de uma obra e as consequentes repercussões para os autores e para as tipografias e editoras que colaborassem na distribuição destes livros. O capítulo termina com a apresentação da proposta de exposição, as motivações para a sua execução e os objetivos pretendidos.

Por fim, o último capítulo abrange as etapas necessárias para a própria execução do projeto. Começa-se por fazer uma descrição geral da exposição, do número de núcleos e de obras que se pretendem expor, assim como a ordenação das obras e do tipo de percurso previsto para os visitantes.

Prossegue-se a listagem dos livros selecionados juntamente com uma síntese de cada obra, algumas informações biográficas acerca dos autores e do tipo de censura exercida. De seguida, são enumerados os documentos associados a cada obra (relatórios, mandatos de apreensão, processos-crime, artigos de jornais, etc...), que serão incorporados na exposição. Após a enumeração dos conteúdos, sucede-se a descrição e análise museográfica da área escolhida para a exposição, do posicionamento das obras e dos textos no espaço expositivo, dos suportes e materiais que deverão ser incorporados assim como algumas sugestões a nível do design expositivo. O trabalho termina com a apresentação de novas propostas de programas e atividades vinculadas à exposição, com o propósito de desenvolver certos subtemas da exposição e de enriquecer a programação já existente do Museu do Aljube.

Capítulo I – O Museu do Aljube

1.1 – História e exposição

O Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, foi inaugurado a 25 de Abril de 2015 e encontra-se situado na rua Augusto Rosa, ao lado da Sé de Lisboa.

Apesar da recente abertura do museu, a história do edifício remonta ao período romano e acredita-se que no período da ocupação muçulmana de Lisboa (séculos VIII a XII) o edifício já funcionava como estabelecimento prisional.

Ainda hoje é possível observar os vestígios arqueológicos que sobraram desta época no piso subterrâneo do edifício. A sua função como estabelecimento prisional manteve-se durante séculos, tendo servido como prisão episcopal, como prisão civil e como prisão de mulheres até ao século XX (Martins, 2015).

A história do edifício ganhou um novo dinamismo a partir do século XX, altura em que começou a servir como prisão política para os prisioneiros da Ditadura Militar e do Estado Novo, mantendo-se em funcionamento desde 1928 até ao seu encerramento em 1965.

Durante estas décadas, a prisão do Aljube foi palco do sofrimento dos presos políticos, submetidos a espancamentos que resultavam em graves sequelas físicas e psicológicas. Eram mantidos em celas isoladas de pequenas dimensões, sem condições mínimas de higiene, afastados da luz do dia e com pouca possibilidade de comunicarem entre si ou com as suas famílias; eram ainda submetidos a métodos de tortura como a tortura do sono, através da qual eram privados do sono durante vários dias seguidos. Os limites da resistência humana eram diariamente testados neste ambiente dominado pelo isolamento social extremo, aliado à violência física.

O ano de 1965 foi marcado por manifestações e pela pressão nacional e internacional que denunciava as condições desumanas a que os reclusos eram sujeitos no Aljube, resultando consequentemente no seu encerramento. Após o encerramento em 1965, pretendia-se que o edifício continuasse a funcionar como estabelecimento prisional, desta vez para presos comuns. A partir de 1974, o Aljube passou a ser aproveitado como espaço para serviços relacionados com o Ministério da Justiça (Martins, 2015).

Quatro anos antes da inauguração do museu do Aljube, foi realizada uma exposição neste espaço, denominada “A Voz das Vítimas”, concebida pelo movimento *Não Apaguem a Memória*¹, em colaboração com a Fundação Mário Soares e o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC NOVA FCSH). Foi inaugurada a 14 de Abril de 2011 e durou até Dezembro do mesmo ano. Esta exposição nasceu da necessidade de memorializar e salvaguardar as lembranças relativas ao Estado Novo, e não deixar cair no esquecimento o sofrimento dos ex-presos políticos do Aljube (Martins, 2015).

A 25 de abril de 2015, o museu do Aljube é oficialmente inaugurado, após a apresentação de planos da Câmara Municipal de Lisboa para converter o edifício num museu. Encontra-se atualmente sob a gestão da EGEAC e é o primeiro museu em território nacional inteiramente dedicado ao estudo da ditadura em Portugal e da Revolução de 1974.

Ao longo da sua história, o edifício do museu do Aljube foi sujeito a obras e remodelações, muitas delas realizadas no último século, contudo foi mantido o cuidado de preservar a história mais antiga deste espaço. Atualmente o museu consiste num total de seis andares². A exposição de longa duração inicia-se no piso subterrâneo, no qual são dispostas as raízes históricas do edifício, com a apresentação de artefactos arqueológicos.

No piso 0 situa-se a entrada do museu, uma loja e um espaço de exposições temporárias. Ao longo das paredes encontram-se escritos mais detalhes da história do edifício.

No primeiro piso é apresentada uma visão global da história portuguesa desde o *Ultimatum* britânico de 1890 até à Constituição da República Portuguesa de 1976. Após esta abordagem introdutória, cada etapa da história portuguesa é retratada de forma mais aprofundada. O resto do piso é dedicado aos ideais defendidos pelo Estado Novo, à imprensa e à rádio clandestinas, à atuação da

¹ Movimento cívico surgido em 2005, motivado pela preservação da memória do fascismo em Portugal e de todo o sofrimento associado à brutalidade da polícia política. Saber mais em: <https://maismemoria.org/mm/home/quem-somos/>

² As plantas de cada piso podem ser consultadas no *website* do museu: <https://www.museudoaljube.pt/exposicao-permanente/>

polícia política e à atuação dos tribunais políticos. A área expositiva é enriquecida pela adição de elementos cénicos, como por exemplo, uma reconstituição em tamanho real do espaço de trabalho de um centro de imprensa clandestina (recorrendo a manequins e a máquinas de escrita); um rádio de grandes dimensões que transmite emissões de rádios clandestinas e uma parede preenchida por gavetas com processos da PVDE/PIDE contra suspeitos ligados aos meios de comunicação clandestinos. A área expositiva encontra-se igualmente preenchida por fragmentos de artigos de jornais clandestinos que foram sujeitos ao controlo da censura.

O segundo piso é dedicado aos circuitos prisionais, iniciando-se pelo processo de detenção dos reclusos, seguindo para os interrogatórios e com a inclusão de descrições detalhadas da violência exercida pelos agentes da PIDE, assim como dos métodos de tortura aplicados. Através de um mapa, é dado a ver aos visitantes uma lista das prisões políticas que existiam no país e nos territórios ultramarinos.

É também abordado o desafio da maternidade e da infância das crianças passada na prisão junto das mães detidas. Num canto da sala são projetadas conversas com ex-reclusas políticas do Aljube, que demonstram o tormento que suportaram na sua condição de mulheres e de mães. É neste piso que se encontra uma reconstituição em tamanho real dos conhecidos “curros”, celas de reduzidas dimensões, onde os reclusos passavam a maior parte do dia, em isolamento e quase sem iluminação. Uma das características que se observa na maioria do edifício são as poucas janelas e aberturas existentes, conferindo ao espaço um ambiente soturno e opressivo, característico de uma prisão.

O ambiente é enriquecido pela adição de manequins de tamanho humano dentro dos “curros” juntamente com monitores que transmitem testemunhos de ex-reclusos acerca das suas condições de vida neste espaço.

No terceiro e último piso é abordada a questão colonial e todos os acontecimentos consequentes que culminam no 25 de Abril. É desenvolvida a origem dos partidos e dos grupos independentistas nos territórios das ex-colónias, as motivações e as consequências da Guerra Colonial. Perto do final da exposição existe um mural de homenagem, com uma lista de nomes de

vítimas mortais que pereceram em consequência da violência exercida pela polícia política. A parede adjacente ao mural encontra-se preenchida com fotografias de prisioneiros. O ambiente sonoro desta área é enriquecido com canções ligadas à resistência e à Revolução. A exposição de longa duração termina numa sala com um mapa de grandes dimensões da cidade de Lisboa, no qual se encontram marcados os locais onde decorreu a Revolução, uma cronologia detalhada dos eventos ocorridos nos dias 24, 25 e 26 de abril de 1974 e uma parede repleta de cravos vermelhos. Neste piso existe ainda um centro de documentação e uma área administrativa. O centro de documentação (com arquivo digital disponível *online*) inclui uma vasta diversidade de documentos relativos aos movimentos de oposição ao regime, aos movimentos estudantis, aos movimentos anticoloniais e aos processos de presos políticos do Aljube.

Por fim, no quarto e último piso existe uma área reservada a exposições temporárias e um auditório onde são realizados diversos eventos.

1.2 – Missão e objetivos

No *website* oficial é possível aceder à missão do museu do Aljube, na qual ficamos a conhecer os objetivos e os valores defendidos pela instituição:

Pretende valorizar as memórias comuns de resistência e evidenciar os principais traços do regime ditatorial que submeteu o nosso país durante quase meio século.

Pretende dar a conhecer o silêncio em que todo um povo foi mergulhado, resgatando-o para ensinamento de toda a comunidade, em especial dos mais novos.

Pretende partilhar nos nossos dias aspetos das realidades então vividas, organizando-os de modo sistemático e rigoroso.

Pretende inscrever na vivência coletiva os valores das lutas travadas pela liberdade e pela democracia, com a firmeza da esperança num país mais livre, justo e fraterno.

Pretende patrocinar o resgate das memórias de luta e de sofrimento, evocando momentos duros e, também, momentos empolgantes da resistência, seguros da vitória que se haveria de alcançar sobre o arbítrio e a violência.

Pretende assumir a luta contra a amnésia desculpabilizante e, quantas vezes, cúmplice da ditadura que enfrentámos entre 1926 e 1974.

Pretende remar contra a corrente da desmemória organizada pelas ideologias dominantes nas sociedades contemporâneas.

Pretende combater essa fabricação de um “presente contínuo”, que torna fácil e eficaz a manipulação, a demagogia e o regressismo “invisível” às piores formas de opressão.

Pretende dar voz às vítimas e mostrar como é longo e difícil o caminho da sua reabilitação, impondo a verdade e o exemplo sobre o silêncio e o embuste.

Pretende honrar os resistentes que ousaram empenhar-se numa luta desigual e sempre ameaçada pela perseguição e pela prisão, pela tortura, pelo exílio, pela deportação e quantas vezes pela morte.

Pretende restituir a memória coletiva à cidadania, na sua pluralidade.

Pretende, em suma, assegurar que o nosso futuro não seja amputado do nosso passado.

O futuro cria-se no presente com a memória do passado (Museu do Aljube, 2024)³.

O museu do Aljube assenta, deste modo, na preservação da memória nacional, na educação das gerações vindouras e na valorização e difusão dos ideais democráticos, fundamentais para uma sociedade livre, justa e funcional.

Reconhece simultaneamente a fragilidade da democracia, que a qualquer momento pode ser derrubada por ideologias de carácter extremista, que ainda persistem entre nós na atualidade. Ensina-nos que é nossa responsabilidade individual, enquanto cidadãos, denunciar estas ideologias e contribuir para a conservação do estado democrático. Tenciona-se que a presente proposta de exposição deste trabalho se enquadre nesta missão e contribua para educar os visitantes acerca da vulnerabilidade da liberdade de expressão, que demorou tantas décadas a ser conquistada.

³ Para consultar a missão do museu: <https://www.museudoaljube.pt/sobre-o-museu/>

1.3 – Programação cultural

A análise da programação do museu revela-se um importante passo para o presente projeto, pois permite deste modo, tomar conhecimento do tipo de programas e de exposições existentes, do tipo de temas e conteúdos já previamente tratados, assim como as metodologias de abordagem e exposição destes temas. Foram tomados, a partir daqui, os primeiros passos para o planeamento de uma nova exposição temporária e de eventual programação associada, tomando em consideração algum tópico que ainda não tenha sido debatido no museu.

Ao analisar a programação passada constata-se que o museu do Aljube dispõe, desde a sua abertura, de uma vasta agenda cultural, constituída por: exposições temporárias; visitas orientadas (com audiodescrição e em língua gestual portuguesa); itinerários pela cidade de Lisboa; sessões de teatro; sessões de escuta de rádio; sessões de debate literário; sessões de leitura; ciclos de cinema; ciclos de conversas e debates; colóquios e congressos; concursos de contos e de ilustrações; formação de professores; performances; atuações de artistas musicais; oficinas; apresentações de projetos; apresentações de livros e de revistas e lançamentos de livros e de *podcasts*.

A programação é orientada para a temática do museu, abordando não só o 25 de Abril e a ditadura de uma perspetiva histórica, como conjugando simultaneamente temas sociais relevantes da atualidade e de abrangência internacional, como os direitos da comunidade LGBTQI+, os direitos das mulheres e o combate ao racismo. Os programas impulsionam, na sua maioria, à resistência contra as vozes tirânicas e à defesa da justiça social, ao mesmo tempo que promovem a celebração da liberdade como motor da sociedade numa era pós-ditatorial. Existe também a preocupação em manter a programação acessível para o público com deficiência visual e auditiva, principalmente nas visitas orientadas às exposições temporárias.

Alguns destes programas encontram-se diretamente relacionados com alguma exposição temporária decorrente. Tomam-se como exemplos os ciclos de

conversa “Antes de ser orgulho foi revolta” e “Artes como resistência Queer”, os ciclos de cinema com os filmes “Solidão Povoada” e “Mulheres do meu país” e o teatro “Sombras andantes”, que se encontram diretamente relacionados com a exposição temporária “Adeus Pátria e Família”, decorrida entre 28 de Junho de 2022 e 29 de Janeiro de 2023⁴.

Em 2024, a propósito da celebração dos 50 anos da Revolução de 25 de Abril, o museu do Aljube contou com uma programação vasta e diversificada, através da qual é reconhecido o compromisso em honrar a sua missão e servir como espaço de educação e de comemoração desta data fulcral da nossa história. Na impossibilidade de analisar a agenda cultural na sua integridade devido à sua extensão, o foco será mantido na presença do livro como elemento vinculativo entre os visitantes e o museu.

1.3.1 – Presença literária no museu

A análise à lista de exposições temporárias e à programação do museu do Aljube evidencia uma presença dominante do âmbito literário, salientando o seu impacto na sociedade portuguesa desde o Estado Novo à atualidade. Independentemente da temática, sejam apresentados romances literários ou livros de caráter histórico, a sua presença é suficiente para suscitar um diálogo acerca de temas de importância social e cultural. Para além dos livros, o foco é igualmente mantido nos seus escritores, que encarnam em si a resistência antifascista e a luta pela liberdade de expressão literária. Os livros convertem-se num meio de conexão entre o público e a instituição museológica, permitindo através deles “imersão” no contexto histórico em que foram escritos e conhecer os ideais e valores sociais e culturais de cada época. Verifica-se que a maioria das atividades concebidas no museu estimula a participação ativa do público leitor, ao invés de uma participação passiva. Os programas são de entrada livre, alguns sujeitos a inscrição prévia via *e-mail*.

⁴ Para mais informações sobre a exposição, consultar:
<https://www.museudoaljube.pt/expo/adeus-patria-e-familia/>

No seguimento da análise da agenda cultural do museu no ano de 2024, verifica-se que os livros e a literatura são elementos com uma presença dominante no espaço museológico, através dos quais são incentivadas as relações entre o público e o museu⁵.

Ao longo do ano passado foram frequentes as reuniões do clube de leitura “Leia Mulheres”, no qual se encoraja a leitura e discussão de determinados livros de escritoras, portuguesas e estrangeiras. Foram debatidos os seguintes livros: *Poemas Escolhidos* da escritora mexicana Rosario Castellanos; *Admirável Mundo Verde* da autora portuguesa Filipa Fonseca da Silva; *As Inseparáveis* de Simone de Beauvoir; *O Meu Pai Voava* da autora portuguesa Tânia Ganho; *Eu Canto e a Montanha Dança* da escritora catalã Irene Solà; *Paraíso* da escritora brasileira Tatiana Salem Levy; *Caruncho* da autora espanhola Layla Martínez; *A Louca da Casa* da escritora espanhola Rosa Montero; *A Paixão segundo Constança H.* da nossa célebre Maria Teresa Horta; *Poesia Reunida, seguido de Água Selvagem* da escritora angolana Ana Paula Tavares e o livro *Acreditar nas Feras* da antropóloga francesa Nastassja Martin.

Foram realizados eventos de apresentação de livros, entre os quais: *Califórnia Gulag: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal* de Ruth Wilson Gilmore; *Dissidências e resistências homossexuais no século XX português*, uma compilação de ensaios selecionados por António Fernando Cascais; *Aqui, Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas* com autoria de Jorge Martins.

Segue-se a sessão de leitura “Ler e ouvir a Revolução: literatura e música no 25 de Abril”, acompanhada de produção musical ao vivo. Foram lidos textos de autores associados à Revolução, tais como José Luandino Vieira, Miguel Torga, Maria Teresa Horta, Isabela Figueiredo, entre outros.

Um dos ciclos de conversa realizados foi relativo ao livro *Tarrafal*, uma obra da autoria de João Pina com uma coletânea de fotografias do campo de

⁵ Para aceder à programação realizada em 2024, consultar: <https://www.museudoaljube.pt/programacao/?fy=2024>

concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. O evento foi realizado com a participação do autor e de José Pedro Castanheira.

Foram ainda lançados os livros *Direito de Resposta e Aljustrel: 100 anos do fundo à superfície*: o primeiro correspondente a uma antologia editada por João Pedro Azul, na qual poetas da atualidade escrevem poemas que dialogam com a poesia do passado; a segunda obra, editada pela Comissão de Aljustrelenses, é focada numa greve promovida pelos mineiros de Aljustrel em 1922, que durou vários meses, para reivindicar melhores condições de trabalho.

1.3.2 – Exposição temporária “Mulheres e Resistência – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas”

Após percorrer o histórico mais antigo da programação do Museu do Aljube, constata-se que foi realizada uma exposição temporária enquadrada no âmbito literário – “Mulheres e Resistência – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas”⁶, inaugurada a 6 de maio de 2021 e presente até dezembro do mesmo ano. Baseado na célebre obra *Novas Cartas Portuguesas* (1972), escrita por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, a exposição serviu de reflexão ao progresso da luta feminista e da liberdade de expressão. Apesar das limitações impostas pela pandemia da COVID-19, continuou a ser desenvolvida programação paralela associada a esta exposição, ao longo do ano de 2021: foram realizadas visitas guiadas à exposição; uma sessão de leitura de trechos das *Novas Cartas Portuguesas*; sessões de cinema, com a exibição de longas-metragens e documentários, alguns focados nas “três Marias”, outros centrados na vida e nas adversidades de outros nomes femininos; as sessões de conversa “Elas tiveram medo e foram e não foram”, que contaram com a presença de mulheres que foram presas e torturadas pela PIDE e cujos nomes marcaram o combate ao fascismo e à defesa dos direitos das mulheres; um itinerário por Lisboa no qual se exploraram locais ligados à vida das autoras e às *Novas Cartas Portuguesas*, e para concluir, uma última

⁶ Para saber mais sobre a exposição e a programação paralela, consultar: <https://www.museudoaljube.pt/expo/mulheres-e-resistencia-novas-cartas-portuguesas-e-outras-lutas/>

sessão de cinema que contou com a exibição do documentário *Mulheres e Resistência*, no qual se encontram compilados os testemunhos das mulheres anteriormente referidos no ciclo de conversas.

Capítulo 2 – Contexto histórico

2.1 – História da censura no Estado Novo (1933-1974)

A censura não é um meio repressivo exclusivo do regime salazarista, uma vez que a sua prática em Portugal já era exercida nos séculos anteriores, pela Igreja Católica através da censura episcopal no século XIV, e a censura inquisitorial a partir do século XVI, sob obras consideradas heréticas.

Outros órgãos de controlo foram igualmente estabelecidos, como a Real Mesa Censória no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, que proibia obras que questionassem o poder régio (Cádima, 2013; Rodrigues, 1980).

No século XIX existiu alguma abertura com a implantação do liberalismo, a liberdade de imprensa foi defendida na Constituição Portuguesa de 1822 e a censura prévia foi abolida. Contudo, esta liberdade voltou a ser reprimida pouco tempo depois, após o regresso do absolutismo, sendo reforçados novos meios de repressão censória, até um novo regresso do liberalismo em 1834 (Cádima, 2013; Rodrigues, 1980).

Durante a Primeira República (1910 – 1926), apesar da inicial contestação da censura prévia e da restituição da liberdade de imprensa, foram censurados textos referentes a questões relacionadas com a guerra e com a defesa nacional (Rodrigues, 1980).

No século XX, a censura adquire contornos mais vastos e repressivos, em todo o período ditatorial vigente de 1926 até 1974. Para se compreender o papel da censura no universo literário é inevitável conhecer primeiramente os alicerces da censura da imprensa periódica durante este período.

A partir da instauração da Ditadura Militar (1926 – 1933) as circunstâncias da censura prévia à imprensa eram incertas. A censura prévia começou por ser aplicada logo no início do período ditatorial em 1926, mas acabou por ser proibida poucas semanas depois. É explicitado no artigo 1.º do Decreto n.º 11 839, publicado a 5 de julho de 1926: “A todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de caução ou

censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévia” (Ministério do Interior, 1926, p. 685)⁷.

Contudo, apesar do que ditava a lei, a censura prévia continuou a ser exercida sobre a imprensa, até ser formalmente reprovada no início do período salazarista, em 1933. Ironicamente, o decreto-lei que formaliza e regulamenta o exercício da censura prévia é o mesmo que promove a defesa da liberdade de expressão. Assim se constata no Decreto-lei n.º 22 469, de 11 de abril de 1933:

Artigo 1.º É garantida a expressão do pensamento por meio de qualquer publicação gráfica, nos termos da lei de imprensa e nos dêste decreto.

Artigo 2.º Continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas definidas na lei de imprensa, e bem assim as fôlhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político e social.

Artigo 3.º A censura terá sòmente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de fôrça social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade (Ministério do Interior, 1933, p. 654)⁸.

Rodrigues (1980), refere ainda que “(...) a Constituição de 1933 prevê a censura prévia como forma normal de governo e compatível com as garantias constitucionais” (p.67), destacando-se, deste modo, das constituições anteriores (desde 1834, com a implantação do liberalismo em Portugal), que condenavam a censura prévia. O artigo 8º da Constituição de 1933, referente aos direitos e garantias dos cidadãos portugueses, inclui a liberdade de expressão como uma garantia inquestionável⁹. No entanto, ainda no mesmo artigo segue-se o seguinte ponto:

⁷ Publicado no *Diário do Governo*, nº143, série I.

⁸ Publicado no *Diário do Governo*, nº83, série I.

⁹ 4.º ponto do artigo 8.º, da parte I, título II “Dos Cidadãos”.

§ 2.º Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, do ensino, de reunião e de associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos, (...)¹⁰. (Constituição da República Portuguesa, 1933, p. 228).

Eram várias as entidades que regulavam as publicações da imprensa, a começar pelas comissões de censura, instrumentos que atuavam a nível regional pelo país, mas que se encontravam afetas à Comissão de Censura de Lisboa, órgão matriz da censura a nível nacional¹¹. À Comissão de Censura sucedeu a Direção Geral dos Serviços de Censura, constituída em 1933, e a Direção dos Serviços de Censura em 1935, que “(...) passou a intervir na fundação, circulação, distribuição e venda de publicações, nomeadamente estrangeiras, que contivessem matérias cuja divulgação não fosse permitida em publicações portuguesas” (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2021). A partir de 1972 a Direção dos Serviços de Censura passou a designar-se de Direção Geral da Informação.

O Secretariado de Propaganda Nacional, constituído em 1933 (e a partir de 1944, intitulado de Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo), detinha controlo sobre a propaganda ao serviço do Estado, sobre a imprensa e sobre a comunicação social, não só nacional como estrangeira (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2021).

Por sua vez, a Direção Geral de Segurança (DGS, sucessora da PIDE em 1969), “(...) emitia mandados de busca às livrarias e os Correios controlavam a circulação de livros” (Rodrigues, 1980, p. 70). Uma das responsabilidades da polícia política era a apreensão direta de obras literárias que considerassem suspeitas, nas livrarias.

A Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos restringia o acesso à leitura de certas obras e documentos, particularmente quando estes continham informações referentes aos territórios do Ultramar (Rodrigues, 1980).

¹⁰ Da parte I, título II “Dos Cidadãos”

¹¹ De acordo com o disposto no artigo 5.º do decreto-lei nº 22 469, de 11 de Abril de 1933.

As produções literárias e culturais para crianças e adolescentes também não escaparam ao rigoroso controlo dos censores. As publicações infantis, nacionais e estrangeiras, eram fiscalizadas pela Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores e pela Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil, sendo proibidas se não apresentassem o tipo de valores expetáveis que deveriam ser transmitidos à juventude.

Com o afastamento de António de Oliveira Salazar do poder em 1968, e com o início do período de governo de Marcelo Caetano, esperou-se que o regime mitigasse a repressão imposta à imprensa (Azevedo, 1997). O atenuar da interferência da censura na imprensa não passou, na realidade, de uma esperança errónea que foi rapidamente dissipada.

A “censura prévia” deixou de ser assim denominada no período marcelista, passando a designar-se de “exame prévio” (Rodrigues, 1980). Esta alteração não passou de uma simples tentativa de camuflar a ação da censura prévia, que na realidade permaneceu sempre ativa.

Diversas leis e documentos foram emitidos com ordens para delimitar, e mesmo proibir, a abordagem de certos assuntos nos jornais, nas revistas, nos livros e noutro tipo de publicações.

A circular n.º 309, emitida a 11 de outubro de 1965, estipula as diretrizes para as relações entre os serviços de censura e as livrarias ou outros postos de venda e distribuição de livros. O primeiro ponto abordado é referente ao tipo de publicações que deveriam suscitar desconfiança e ser denunciadas aos serviços de censura:

1º. – Consideram-se de prejuízo público e como tal devem ser imediatamente retiradas de venda:

- a) Tôdas as publicações nacionais ou estrangeiras de propaganda perniciosa contra a segurança e a boa administração do Estado feita por meio de doutrinas internacionalistas de carácter político e social que um equilibrado espirito nacionalista repudia e combate;
- b) Tôdas as publicações nacionais ou estrangeiras que versem assuntos pornográficos, bem como as que, por qualquer forma por que se apresentem, visem à perversão dos costumes pela propagação de doutrinas não integradas

nos princípios de uma moral sã ou propagação de ideias de carácter sexual, pseudo-científicas ou não, contra a honra e o pudor da mulher, a moral da família, ou que por qualquer meio tendam à subversão da sociedade portuguesa (Direção dos Serviços de Censura, 1965).

O decreto-lei n.º 150/72, publicado a 5 de maio de 1972, enuncia mais alguns assuntos que não deveriam figurar em textos da imprensa, por apresentarem ofensas ao estado ou por evidenciarem problemas sociais que deveriam ser mantidos no sigilo em vez de serem denunciados:

Art. 14.º - 1. Além dos escritos ou imagens que integrem crimes punidos na lei penal não é permitida a publicação dos que:

a) Contenham propaganda que favoreça movimentos tendentes a atentar contra a integridade do território nacional ou a praticar acções armadas, bem como de agitação social, embora sem instigação à perturbação imediata da ordem pública; (...)

d) Constituam propostas criminosas ou imorais;

e) Descrevam em termos pormenorizados e sensacionalistas casos de vadiagem, libertinagem, uso de estupefacientes, suicídio e crimes violentos; (...)

h) Contenham extractos de processos sobre o estado e a capacidade das pessoas ou referentes a crimes contra a honestidade, de ultraje à moral pública, de aborto ou de difamação ou injúria, e bem assim relatos de audiências efectuadas com carácter secreto, nos termos da lei processual (Presidência do Concelho e Ministério da Justiça, 1972: 570(3)¹².

Em suma, tudo o que representasse ofensa ao estado, ou contrariasse a autoridade imposta por este era automaticamente sujeito à austeridade dos censores, tanto na imprensa periódica como na imprensa literária.

O comunismo constituía uma séria ameaça aos valores políticos defendidos no Estado Novo, resultando em inúmeras obras literárias interditas e na perseguição e julgamento dos seus autores, por se associarem aos ideais comunistas. A abordagem da sexualidade (principalmente do ponto de vista

¹² Série I, capítulo II “Liberdade de imprensa, suas garantias e limitações”.

feminino) e a escrita de textos eróticos eram claramente vistas como uma contestação dos valores morais conservadores impostos não só pelo estado como pela igreja católica. A crítica da ação colonial nos territórios ultramarinos, a desaprovação da guerra e o espírito antimilitarista de alguns escritores e jornalistas suscitavam a reprovação por parte dos censores. Ideologias aparentemente inofensivas como a defesa dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e dos trabalhadores e a luta dos movimentos estudantis também mereciam repreensão (Azevedo, 1997).

Nas revistas, nos jornais e noutro tipo de publicações periódicas, o simbólico “lápiz azul” dos censores riscava as passagens textuais que incluíam temas interditos. Estas passagens eram imediatamente cortadas, afetando o sentido e a compreensão do texto final. A intervenção da censura era omitida do público, que não tinha conhecimento de que os textos lidos eram sujeitos a cortes, facto confirmado no decreto-lei n.º 150/72, de 5 de maio de 1972:

Art. 101.º - 1. Os textos ou imagens submetidos a exame prévio poderão ser proibidos, total ou parcialmente, mas nunca alterados.

2. Nos textos ou imagens publicados não é consentida qualquer referência ou indicação de que foram submetidos a exame prévio (Presidência do Concelho e Ministério da Justiça, 1972: 570(11)¹³.

De facto, a publicação de textos na imprensa periódica que não tivessem sido submetidos a exame prévio era considerado um crime de imprensa, que culminava conseqüentemente em multas pesadas e até pena de prisão para os responsáveis pela sua publicação.

De acordo com o mesmo decreto, os diretores responsáveis pela imprensa periódica deveriam enviar, no dia da publicação dos periódicos, alguns exemplares à Direção Geral de Informação, ao governo civil de cada distrito ou à câmara municipal de cada concelho onde a publicação fosse efetuada¹⁴.

¹³ Série I, capítulo XIV “Regime de exame prévio”.

¹⁴ De acordo com o disposto no 1.º ponto do artigo 59.º, capítulo IX “Entrega oficial das publicações”, do decreto-lei n.º 150/72, de 5 de maio de 1972.

Contudo, contrariamente à imprensa periódica, os livros por norma não eram sujeitos a censura prévia nem a exame prévio antes da sua publicação, sendo muitas vezes apreendidos e analisados pelos censores apenas posteriormente à sua publicação. Excetuam-se, no entanto, os livros de conteúdo expressamente político, social e económico; neste caso, deveria ser enviada uma cópia de cada livro ao SNI antes da sua distribuição e venda (Azevedo, 1997). Os livros de carácter literário escapavam regularmente a este controlo prévio, mas ainda assim acabavam por ser alvo de denúncias, pois muitas destas obras continham críticas sociais e políticas, incorporadas disfarçadamente.

Os serviços de censura delegavam a responsabilidade da denúncia de livros suspeitos às livrarias, tipografias e outros estabelecimentos de distribuição e venda de livros, que deveriam, deste modo, cooperar com as entidades dos serviços de censura. A falta de colaboração resultava em consequências nefastas para estes estabelecimentos. As tipografias e as livrarias podiam ser alvo de denúncias e eram frequentemente visitadas por agentes ao serviço da Direção Geral da Informação e da Direção dos Serviços de Censura, com o propósito de examinar e apreender obras potencialmente controversas. Alguns desses livros eram diretamente confiscados pela PIDE ou pela DGS. As tipografias e as livrarias podiam acabar por pagar multas ou ser encerradas, temporariamente ou definitivamente (Azevedo, 1997).

De acordo com o 3.º ponto da circular n.º 309 (mencionada anteriormente), as livrarias deveriam fornecer aos serviços de censura informações detalhadas sobre as obras suspeitas, tais como o nome do autor ou autora, o editor, a tipografia onde foram impressas, assim como as instalações de proveniência e de destino. Deste modo seria possível quebrar a cadeia de impressão, venda e distribuição destas obras indesejadas (Direção dos Serviços de Censura, 1965). A Biblioteca Nacional, a pedido da DGS, enviava a outras bibliotecas públicas e municipais, uma lista de obras que deveriam ser retiradas e proibidas de serem consultadas, embora o controlo não fosse tão exacerbado como nas livrarias e nas tipografias (Nunes, 2016). Tanto os livros nacionais como estrangeiros eram igualmente sujeitos ao mesmo processo de apreensão. Estes eram

submetidos a uma avaliação do seu conteúdo e podiam ser posteriormente autorizados, autorizados com cortes ou totalmente proibidos. Por vezes, acontecia serem autorizados, mas proibida a sua menção na imprensa, de modo a restringir a atenção para estas obras (Azevedo, 1997).

A menção dos próprios autores destas obras era igualmente proibida na imprensa. O peso da censura recaí por fim sobre os escritores, vítimas diretas da autoridade intransigente do estado:

Sina das letras e fadário dos nossos escritores e pensadores, obrigados a submeterem os seus livros ao apertado crivo da Censura: Aquilino Ribeiro, Fernando Pessoa, Vergílio Ferreira, José Régio, António Sérgio, Maria Teresa Horta, José Cardoso Pires, Agostinho da Silva, Augusto Abelaira, Irene Lisboa, Fernando Namora, Maria Judite de Carvalho, Isabel da Nóbrega, Egito Gonçalves, Urbano Tavares Rodrigues, Jorge de Sena, Isabel Barreno, Miguel Torga, Alves Redol, Sophia de Mello Breyner Andresen... e tantos outros – autores dos géneros literários mais variados, das correntes filosóficas mais diversas e dos estilos mais distintos – não puderam dar curso livre à sua criatividade, nem afirmar plenamente a força do seu estilo, sem terem presente, no momento de pensar, de criar ou de escrever, que o fruto do seu labor seria obrigatoriamente analisado pelos homens da Censura, de cujos subjectivos e contestados critérios de apreciação dependeria muito o seu futuro. (Azevedo, 1997).

No âmbito da literatura estrangeira conta-se também com alguns nomes célebres cuja produção literária não se enquadrava nas expectativas de uma literatura que sustentasse os valores do Estado Novo. Entre outros, incluem-se, sem surpresa, Karl Marx, Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Herbert Marcuse, Friedrich Nietzsche e Jorge Amado, principalmente por motivações marxistas e tendências revolucionárias.

A proibição da referência a certas obras e a certos nomes, como foi anteriormente referida, era uma forma de tentar ocultar ao máximo a carreira dos escritores, e de impedir a sua influência na esfera cultural e social. Para além lidarem com o “apagamento” da sua identidade literária, os escritores

podiam também ser alvo de acusações criminais, muitas vezes com processos em tribunal contra algumas das suas obras. A perseguição e o assédio, juntamente com a possibilidade de enfrentarem penas de prisão, faziam parte da realidade quotidiana dos escritores acusados (Azevedo, 1997).

Os critérios para a censura da literatura não eram, no geral, tão rigorosos e precisos como os da censura da imprensa periódica. A análise de uma obra literária e a sua consequente autorização ou proibição “(...) dependiam, ainda, muito da subjectividade dos censores, da sua cultura, do seu espírito de tolerância política e sensibilidade, ou falta deles, como era o caso mais corrente” (Azevedo, 1999, p. 545). O destino de uma obra literária e até do próprio autor dependiam, portanto, não só do conteúdo literário, como do perfil do próprio censor. Além disso, os critérios de censura nem sempre eram consensuais e existiam discordâncias mesmo dentro dos serviços de censura. Por vezes acontecia um livro ser autorizado e mais tarde proibido, assim como o contrário, devido a divergências entre os censores e o Diretor-geral dos Serviços de Censura (Azevedo, 1997).

A censura suscitava preocupações acerca do tipo de temas que poderiam ser incluídos, limitando drasticamente a originalidade dos escritores. Não obstante estas restrições, os escritores encontravam maneiras de exporem os seus pensamentos, através de uma linguagem metafórica ou repleta de simbolismos, que passasse despercebida pela censura:

A censura oficial ou oficiosa impunha ao escritor uma permanente e insidiosa auto-censura, apenas ultrapassada pelo engenho próprio de escrever entre-linhas ou de encontrar metáforas apropriadas. Assim, palavras como *aurora* ou *amanhecer* passaram a significar socialismo, *primavera* revolução, *camarada* prisioneiro, *vampiro* polícia, *papoila* vitória popular. (Rodrigues, 1980, p. 76).

Afastados do mundo literário, alguns escritores procuravam preservar a sua presença na imprensa, passando a publicar textos e artigos em jornais e revistas. Recorriam ao uso de pseudónimos como uma estratégia de “sobrevivência”, permitindo, deste modo, ocultar a sua identidade (Nunes, 2016).

A revolução de 25 de Abril de 1974 culminou em profundas mudanças sociais, entre as quais se inclui a extinção da censura. Iniciou-se um processo de expansão da expressão criativa, abrangendo toda a esfera cultural, incluindo a literatura. Dois anos depois, foi aprovada a 2 de abril a Constituição da República Portuguesa de 1976, cujos valores continuam em vigor na atualidade e na qual foi consagrada a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa¹⁵. A verdade é que mesmo depois de 1974 a liberdade de expressão continuou a ser contestada em certas ocasiões. É fundamental recordar que, mesmo atualmente, a liberdade de expressão não é um valor indestrutível, e a censura ainda é por vezes exercida, mesmo que de um modo disfarçado. No próximo capítulo, juntamente com a proposta do projeto expositivo, será apresentado, com mais detalhe, uma lista de obras literárias nacionais submetidas ao processo da censura, os respetivos autores e os motivos que resultaram na sua apreensão e proibição.

2.2 – A proposta

Esta proposta de exposição nasce da aspiração em aproveitar o mundo literário como um meio de aprendizagem no espaço museológico. Os espaços expositivos do museu do Aljube baseiam-se, na sua maioria, na presença de conteúdo textual, embora existam, como foi anteriormente referido, a presença de objetos, cenários e reproduções audiovisuais que complementam esses espaços. No presente projeto expositivo, embora também seja dominante a reprodução textual dos conteúdos, conta-se com a presença dos livros escolhidos, que assumirão a função de objetos museológicos didáticos, de grande importância histórica.

O museu do Aljube, como já foi referido no capítulo anterior, é um museu que se destaca no panorama museológico nacional, tanto pela relevância histórica dos temas abordados, como pela qualidade com que estes são apresentados. O regime ditatorial do Estado Novo e a Revolução de 25 de Abril de 1974

¹⁵ Artigos 37.º e 38.º (respetivamente), do título II “direitos, liberdades e garantias”, da parte I “direitos e deveres fundamentais”.

abrem portas para uma miríade de possíveis temas e subtemas para exposições temporárias, que o museu tem conseguido explorar com sucesso. Como já ficou concluído no capítulo anterior, o museu do Aljube ostenta uma extensa programação, na qual a componente literária não é excluída. A censura exercida no Estado Novo é um tema recorrente ao longo da exposição de longa duração, principalmente no primeiro piso, embora seja mais centrada na censura da imprensa e dos meios de comunicação. São escassas as referências à censura de obras literárias.

Considera-se, portanto, que uma exposição sobre censura literária complementar e enriqueceria a diversidade temática do museu, enquadrando-se ao mesmo tempo na sua missão e nos seus valores.

Os livros tornam-se, portanto, em testemunhos e documentos valiosos do passado histórico, enquanto a perspetiva literária converte-se num instrumento de educação.

O presente projeto consistirá na exposição de um determinado número de livros, de autores portugueses, publicados no século XX, que tenham sido alvo da atenção dos censores durante o período do Estado Novo. Serão abrangidas obras que foram apreendidas e proibidas, juntamente com obras que foram autorizadas, mas mais tarde proibidas (ou o contrário), ou autorizadas com cortes. A nível da caracterização literária os critérios de seleção não são rigorosos e serão incluídos diferentes géneros literários, tais como romances, antologias poéticas, um livro de contos, um livro de poesia, um livro de textos políticos e um livro de canções. A temática das obras e os tipos de narrativa não são considerados relevantes, desde que o espaço e o tempo se enquadrem, de algum modo, na conjuntura em que os seus autores viveram. Os livros escolhidos retratam, portanto, épocas diferentes dentro do período do Estado Novo que foram vivenciadas pelos respetivos escritores e abordam diferentes temáticas sociais e políticas. Cada uma destas obras contém críticas sociais implícitas ou explícitas no texto, que serão explanadas no próximo capítulo.

As obras serão acompanhadas de textos de parede que disponibilizarão informações biográficas dos autores, um resumo do seu conteúdo, o contexto

histórico em que se inserem, as críticas sociais e políticas integradas, assim como os motivos que levaram os censores a determinar estas obras como uma ameaça aos valores morais da época. Será igualmente incluída documentação histórica relevante, como artigos constitucionais, decretos-lei e mandados de apreensão e censura das obras.

Tenciona-se que este projeto seja simples e sucinto, procurando exhibir as matérias imprescindíveis relativamente à censura literária, sem elementos excessivos em exposição. Para complementar a exposição será desenvolvida programação paralela, com eventos e atividades relacionadas com os autores ou com os livros debatidos.

2.3 – Objetivos

A exposição “Páginas Proibidas: Censura Literária no Estado Novo” assenta em diversos objetivos e expectativas que se ambicionam cumprir do início ao fim do período de exposição.

Primeiramente, pretende-se que os visitantes adquiram um conhecimento mais aprofundado acerca da censura, desde a sua definição, o contexto histórico, as motivações da sua prática no campo literário, assim como a angústia e as consequências que os escritores tiveram de enfrentar até ao final do Estado Novo.

Tenciona-se que os visitantes compreendam a relevância e a influência que a imprensa e a literatura, exerceram na sociedade portuguesa. Será dada a conhecer uma variedade de autores portugueses do século XX, juntamente com algumas das suas obras, que desafiaram a autoridade do regime ditatorial e retrataram nos seus textos a realidade de cada época, acompanhada de críticas sociais. Os visitantes compreenderão que a censura abrangeu todos os géneros literários e todo o tipo de livros, tendo sido menosprezados grandes nomes da literatura nacional, que hoje em dia são estimados pela sua coragem.

Objetiva-se igualmente que os visitantes entendam a dimensão da Revolução de 1974 e o seu papel na extinção da censura e na instauração da liberdade de expressão, não só na literatura, como em todos os meios de comunicação.

Ambiciona-se ainda que esta exposição contribua para o enriquecimento da programação cultural do museu do Aljube, que ajude a impulsionar a visibilidade do museu no panorama nacional e que, juntamente com as exposições temporárias anteriores se converta num meio de celebração do 25 de Abril.

Capítulo 3 – A exposição

3.1 – Descrição da exposição

Neste ponto será realizada uma descrição geral da exposição, esclarecendo alguns pontos essenciais que servirão como ponto de partida para a execução do projeto. Os materiais e conteúdos a serem expostos e as questões relacionadas com a museografia e o planeamento expositivo serão detalhados nos pontos seguintes.

A exposição consistirá num único núcleo, pois considera-se não haver espaço suficiente para a inclusão de mais em ambas as salas disponíveis para exposições temporárias. Além do mais, como a exposição consistirá essencialmente em conteúdo textual, conclui-se que um núcleo é suficiente para não exaurir os visitantes, como acontece em exposições de grandes dimensões constituídas maioritariamente por informação textual.

Serão expostos dez livros (de autores portugueses e publicados no século passado), distribuídos ao longo do espaço expositivo, intercalados com textos informativos e documentos dispostos em painéis de parede. Os textos incluirão informação biográfica acerca do autor, uma síntese do livro em questão e uma explicação dos motivos da atuação da censura. Serão apresentados também documentos referentes ao processo dos serviços de censura ou da polícia política contra as obras em causa ou, em caso de ausência destes materiais, artigos de imprensa referentes à publicação das respetivas obras.

Embora dez livros sejam um número reduzido de objetos em exibição, há que considerar que a componente textual e documental também fazem parte da exposição. Considera-se, deste modo, que a escolha de um reduzido número de livros é a melhor solução para reduzir a fadiga mental nos visitantes, ao mesmo tempo fornecendo informação suficiente acerca do tema em causa. Sendo um único núcleo, considera-se que não há necessidade de agrupar os livros, seja por temas ou por outras características, optando-se simplesmente por apresentá-los por ordem cronológica. O percurso será iniciado com um breve texto de introdução ao tema da censura, prosseguindo com a apresentação dos livros, do mais antigo ao mais recente, e dos respetivos

textos de acompanhamento. Por fim, será terminado com um texto de conclusão que abordará a conquista da liberdade de expressão com a Revolução de 25 de Abril. A exibição das obras por esta ordem revela-se adequada para, deste modo, apresentar aos visitantes uma abordagem sucessiva e cronológica da atuação da censura desde o início do Estado Novo até 1974.

3.2 – Lista das obras

Após a seleção dos títulos, segue-se a escolha das edições a serem apresentadas. Embora se tenha considerado inicialmente a escolha da primeira edição de cada livro (caso haja disponíveis), a realidade é que as primeiras edições, por vezes, são raras e difíceis de encontrar. Também existe a opção de se optar simplesmente por edições mais antigas, porém, na realidade este pormenor acaba por não ser relevante. Deste modo, é preferível optar pela edição mais acessível e conveniente, seja esta mais antiga ou mais recente. Dá-se preferência a edições que apresentem o texto original na íntegra, sem cortes ou modificações e em bom estado, para que possam ser folheados pelos visitantes. Sugere-se que sejam obtidos através do empréstimo de alguma biblioteca pública de Lisboa.

Na seguinte lista as obras encontram-se pela ordem que devem ser expostas. As informações relativas à editora e ao número de páginas são referentes à primeira edição publicada de cada livro.

O Quarto Dia de A Criação do Mundo

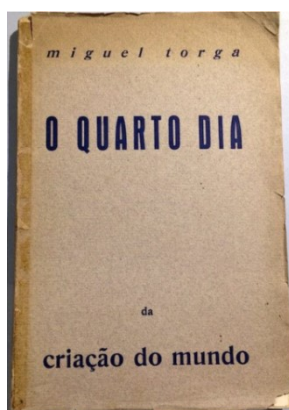


Figura 1 – Primeira edição de *O Quarto Dia*.

Fonte: <https://www.livraria-trindade.pt/produto/o-quarto-dia-da-criacao-do-mundo/>

Data da primeira publicação: 1939

Autoria: Miguel Torga (1907 – 1995)

Editora: Tipografia da Atlântida

Número de páginas: 113

Descrição: *A Criação do Mundo* é um romance autobiográfico dividido em cinco volumes, que foram sendo publicados ao longo de várias décadas: *Os Dois Primeiros Dias* (1937), *O Terceiro Dia* (1938), *O Quarto Dia* (1939), *O Quinto Dia* (1974), *O Sexto Dia* (1981). Em 1991, sai a primeira edição de *A Criação do Mundo* com os cinco volumes compilados.

Nestes romances, Torga conta a sua experiência de vida desde a juventude à vida adulta. *O Quarto Dia* chama a atenção da censura, devido ao enquadramento político deste volume. O romance inicia-se com a descrição de uma viagem que Torga fez por Espanha no final da década de 30, altura em que o território era fustigado pela guerra civil espanhola. Torga faz referências e evidentes críticas à presença do franquismo no país. A viagem segue-se por França, seguida de Itália, onde expõe a realidade da miséria do povo italiano, o militarismo e o fanatismo político no território dominado por Mussolini.

Devido à condenação dos regimes totalitários da Europa ocidental, o livro foi apreendido pela PVDE e Torga foi preso ainda em 1939, pouco tempo depois após a sua publicação (Torga, 1939).

Miguel Torga, pseudónimo criado por Adolfo Correia Rocha, foi escritor e médico com um grande impacto no âmbito literário, tendo visto diversas obras suas apreendidas e censuradas. Chegou a estar preso na cadeia do Aljube.

Gaibéus

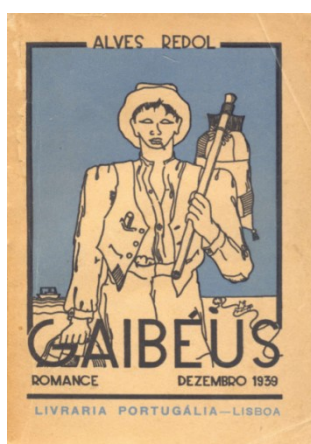


Figura 2 – Primeira edição de *Gaibéus*.

Fonte: <https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-487/alves-redol-com-dedicatoria>

Data da primeira publicação: 1939

Autoria: António Alves Redol (1911 – 1969)

Editora: Livraria Portugália

Número de páginas: 275

Descrição: Um dos principais marcos literários do período neorrealista, *Gaibéus* é uma obra que homenageia os trabalhadores rurais portugueses que viajavam para a zona da Lezíria no Ribatejo para trabalhar nas plantações de arroz. Sem protagonistas, o autor apresenta os trabalhadores como uma personagem coletiva. Alves Redol expõe a dureza do trabalho rural e a condição dos trabalhadores explorados, equiparando a sua condição à dos escravos. As más condições de vida e de trabalho, os baixíssimos salários e a disseminação de

doenças rebaixam a condição dos trabalhadores, tratados como meros animais. A vulnerabilidade das mulheres é também retratada, sendo sujeitas a serem vistas pelos patrões como um mero objeto sexual, enquanto as trabalhadoras que são mães colocam diariamente o trabalho à frente das necessidades dos filhos (Redol, 1939).

A literatura fundamentada na crítica social não era bem aceite no Estado Novo, particularmente a que evidenciava as condições desumanas vivenciadas no mundo laboral. Foi ordenada a apreensão do livro pela PVDE, mas foi autorizada uma segunda edição em 1949. Este não foi o único livro de Alves Redol a ser apreendido; de facto, o trabalho do autor é marcado pela atenção e denúncia da realidade social, juntamente com o facto de ser apologista dos ideais comunistas e socialistas.

Manhã Submersa

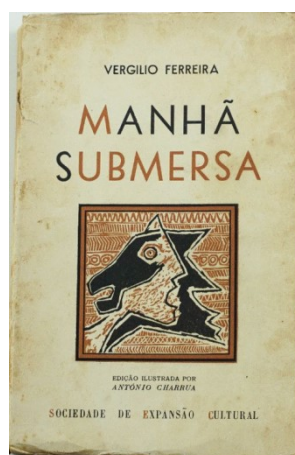


Figura 3 – Primeira edição de *Manhã Submersa*.

Fonte: <https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-197/vergilio-ferreira-com-dedicatoria-2>

Data da primeira publicação: 1954

Autoria: Vergílio Ferreira (1916 – 1996)

Editora: Sociedade de Expansão Cultural

Número de páginas: 234

Descrição: Romance publicado com o nome original de *Cavalo Degolado*, consiste na história de António Lopes, um rapaz de uma família pobre da Beira, que é enviado para um seminário na Guarda, com o objetivo de se tornar padre. Ao longo do livro, António descreve a sua experiência no seminário, um lugar descrito como gélido, sombrio e sufocante, onde se espera que todas as crianças se tornem seres exemplares, modelados de acordo com padrões “perfeitos” da religião. A educação é rígida e a maioria dos padres são descritos como pessoas austeras e frias. António sente que o seminário é tudo menos um lar, e questiona o seu futuro como padre, ao mesmo tempo pressionado pelas expectativas da sua família para seguir essa via. Encurralado, o rapaz chega à drástica decisão de recorrer à automutilação para escapar aos estudos seminaristas (Ferreira, 1954).

A igreja e a religião são elementos integrantes da política do regime salazarista, sendo que neste livro a subjugação à autoridade religiosa é questionada e desafiada. Por criticar a ação dos seminários e pela inclusão de termos e frases considerados inapropriados, o livro começou por ser proibido após a sua escrita em 1953. Acabou, no entanto, por ser autorizada a sua primeira edição, mas com cortes, em 1954.

Quando os Lobos Uivam



Figura 4 – Primeira edição de *Quando os Lobos Uivam*.

Fonte: <https://www.livrariaferreira.pt/livro/quando-os-lobos-uivam/>

Data da primeira publicação: 1958

Autoria: Aquilino Gomes Ribeiro (1885 – 1963)

Editora: Livraria Bertrand

Número de páginas: 411

Descrição: Serra dos Milhafres, região da Beira Alta, décadas de 40 e 50. Os trabalhadores agrícolas correm o risco de perder as suas terras, devido à pretensão do governo em adquirir os terrenos baldios desta região para a plantação de pinheiros. A predominância dos pinhais geraria matérias-primas e riqueza ao país, todavia à custa do sustento da população desta região. O enredo foca-se na personagem Manuel Louvadeus, português emigrado no Brasil durante vários anos, que, quando regressa à sua terra na Beira, depara-se com este cenário. Manuel, aliado do povo e da terra onde cresceu, lidera um movimento de revolta e torna-se numa personalidade influente na luta contra os abusos do estado (Ribeiro, 1958).

Este romance de Aquilino Ribeiro é uma das obras mais famigeradas no âmbito da censura literária no Estado Novo, por representar o governo como um inimigo do povo trabalhador e pelo retrato das autoridades políticas num tom hostil. Salienta-se ainda que a publicação desta obra se enquadra num período de agitação social, suscitada pela ascensão de Humberto Delgado (1906 – 1965) no plano político, com a sua ambição em chegar a Presidente da República nas eleições presidenciais de 1958 e distanciar do espectro político nacional o regime salazarista.

Sabe-se, contudo, que Salazar e Marcelo Caetano demonstravam admiração por Aquilino Ribeiro, e elogiavam o seu talento literário. Aquilino manteve, inclusive, contacto com várias figuras políticas do Estado Novo e oferecia-lhes os seus livros (Nunes, 2019). Ainda assim, não poupava críticas à atuação do Estado Novo nas suas obras, e, apesar do respeito sentido, Salazar e Caetano detinham consciência deste facto.

Não tendo sido submetido a censura prévia como a maioria das obras literárias, tudo o que os censores puderam fazer após a publicação do livro, foi proibir a sua reedição. Em consequência da publicação, Aquilino Ribeiro foi alvo de um processo-crime (Nunes, 2019). A sua proibição resultou adicionalmente numa

erupção de protestos entre os opositores do governo e o autor acabou por ser amnistiado em 1960 (Azevedo, 1997).

Luuanda

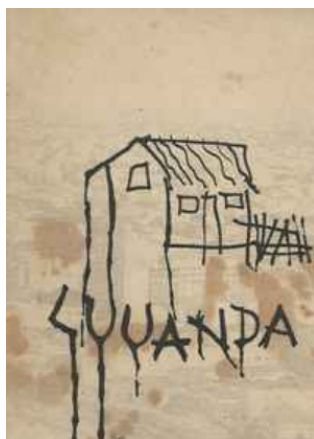


Figura 5 – Primeira edição de *Luuanda*.

Fonte: <https://livrariaultramarina.pt/shop/luuanda-luandino-vieira-1963-1a-edicao-luanda-2/>

Data da primeira publicação: 1963

Autoria: José Luandino Vieira (1935)

Editora: ABC – Diário de Angola

Número de páginas: 103

Descrição: Primeiramente publicado em Angola, *Luuanda* só foi publicado em Portugal quase dez anos depois, em 1972, pela editora Edições 70. O livro foi, no entanto, proibido, e assim se manteve até à queda da ditadura.

É um livro de contos que relata a vida quotidiana de várias personagens que vivem nos musseques – bairros pobres de Luanda – caracterizados pelo domínio da pobreza, do desemprego, da fome e da opressão colonial.

O autor, José Vieira Mateus da Graça nasceu em Ourém, Portugal, mas mudou-se ainda em tenra idade para Angola com a sua família. Anos mais tarde enveredou pela escrita, adotando o pseudónimo José Luandino Vieira, cujas obras contribuíram para enriquecer a literatura angolana e portuguesa.

Luuanda é um exemplo emblemático no campo da literatura de língua

portuguesa, cuja publicação resultou em consequências nefastas. Afiliado do MPLA e crítico do Estado Novo, Luandino Vieira foi preso pela PIDE e após ter estado em várias cadeias de Luanda, acabou no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, no início da década de 60. Mesmo estando preso, manteve a sua atividade literária. Enquanto se encontrava detido no Tarrafal, a Sociedade Portuguesa de Escritores, atribuiu-lhe, em 1965, o Grande Prémio de Novelística, pela publicação de *Luuanda*, que foi notícia nos jornais portugueses. Devido ao historial de resistência política de Luandino, a Direção dos Serviços de Censura interdito os meios de comunicação de mencionarem novamente este prémio. Após o anúncio do prémio, a sede da Sociedade Portuguesa de Escritores foi invadida e vandalizada por elementos ao serviço da PIDE, e conseqüentemente extinta em 1965 (Azevedo, 1997).

Antologia de Poesia Erótica e Satírica – dos Cancioneiros Medievais à Actualidade

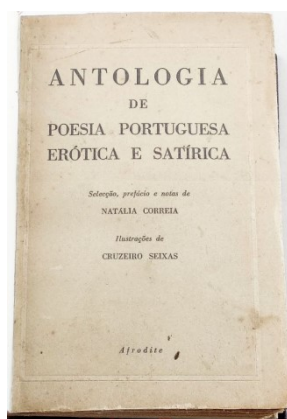


Figura 6 – Primeira edição de *Poesia Erótica e Satírica*.

Fonte: <https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-394/antologia-da-poesia-erotica-e-satirica-1966>

Autoria: Natália Correia (1923 – 1993)

Data da primeira publicação: 1966

Editora: Afrodite

Número de páginas: 551

Descrição: Compilação de poemas de um total de 94 autores portugueses, selecionados por Natália Correia (com prefácio e notas da autora), que datam do período medieval ao século XX, entre os quais se incluem Gil Vicente, Luís de Camões, Manuel Maria Barbosa du Bocage, Almeida Garrett, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, José Carlos Ary dos Santos, Mário Cesariny, Maria Teresa Horta, entre outros.

Esta obra foi proibida devido ao seu conteúdo considerado sexualmente explícito, sendo inclusive descrito pelos censores como uma obra de “carácter pornográfico” (Azevedo, 1997). As ilustrações do livro, de autoria de Cruzeiro Seixas (1920 – 2020) também foram consideradas impróprias. Pela sua publicação, não só a autora foi condenada, como também foram instituídos processos-crime a alguns dos poetas incluídos no livro, como Mário Cesariny e Ary dos Santos. Foram ainda queimados exemplares do livro (Topa, 2015). Entre as mulheres escritoras do Estado Novo, Natália Correia foi uma das mais perseguidas pela PIDE, com várias das suas obras apreendidas e proibidas. Cooperou ainda na edição das *Novas Cartas Portuguesas*, o que prejudicou ainda mais a sua imagem perante as autoridades políticas.

O Canto e as Armas

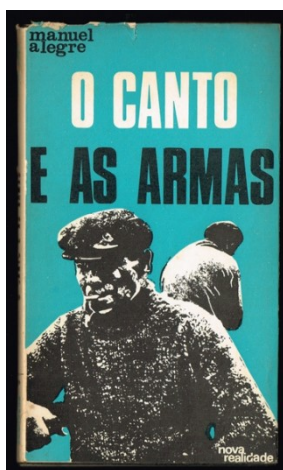


Figura 7 – Primeira edição de *O Canto e as Armas*

Fonte: <https://www.livrariaalfarrabista.com/index.php?livro=29474&titulo=LONGOS%20DIAS%20T%20CAM%20CEM%20ANOS%20PRESEN%C7A%20DE%20VIEIRA%20DA%20SILVA>

Data da primeira publicação: 1967

Autoria: Manuel Alegre (1936)

Editora: Nova Realidade

Número de páginas: 150

Descrição: Conjunto de poemas escritos por Manuel Alegre, caracterizados pela resistência à conjuntura política salazarista. Salienta-se a oposição à ação colonial e a denúncia das adversidades sofridas pelos militares que participaram na Guerra Colonial. Expõe através da poesia o seu relato pessoal do que vivenciou enquanto soldado neste conflito.

O livro foi proibido e os seus exemplares foram apreendidos, não somente pelo seu conteúdo, mas também pela própria figura política de Manuel Alegre.

Primeiramente afiliado ao Partido Comunista Português e, mais tarde, ao Partido Socialista, apresentava uma posição inflexível contra a ação militar nas colónias, acabando, ainda assim, por participar na Guerra Colonial. Chegou a ser preso pela PIDE em 1963 e partiu no ano seguinte para um exílio de uma década na Argélia. Alguns dos seus poemas foram interpretados musicalmente por artistas e compositores como Adriano Correia de Oliveira, José Afonso e Amália Rodrigues.

Escritos Políticos

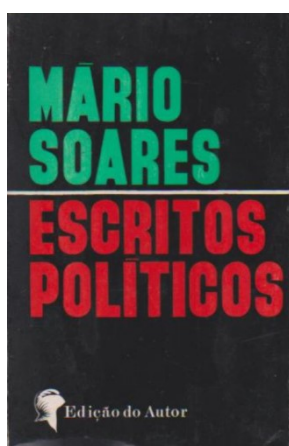


Figura 8 – Primeira Edição de *Escritos Políticos*.

Fonte: <https://livrariaultramarina.pt/shop/escritos-politicos-mario-soares-1a-ed-1969/>

Data da primeira publicação: 1969

Autoria: Mário Soares (1924 – 2017)

Editora: Editado pelo próprio autor

Número de páginas: 242

Descrição: A escrita de *Escritos Políticos* foi uma das muitas decisões destemidas da vida política de Mário Soares. Na visão dos censores, esta obra foi considerada uma autêntica afronta ao governo em vigor. Escrito num tom recriminador e hostil, Mário Soares dirige a sua mensagem diretamente ao governo acerca da insatisfatória situação social e política do país. Tece elogios a figuras ligadas aos movimentos políticos de oposição, defende a república, os ideais democráticos e a liberdade. Alega que a censura oculta o verdadeiro sofrimento do povo português, que não expõe o que pensa devido ao medo. Denuncia as fraudes nas eleições ocorridas, assim como a supressão das forças de oposição. Salaria o isolamento e o atraso de Portugal face aos vizinhos europeus: enquanto estes avançam para regimes democráticos, Portugal escolhe ficar dependente de um regime antiquado e totalitário. Denuncia a pobreza, os baixos salários, a elevada mortalidade infantil, a taxa elevada de analfabetismo, e a negligência dos direitos dos trabalhadores. Expõe a atuação violenta da PIDE, exemplificando o caso do assassinato do general Humberto Delgado. Critica severamente a Guerra Colonial, os custos que esta tem para o país, e a resistência do estado em aceitar a autodeterminação dos territórios ultramarinos (Soares, 1969).

O livro foi evidentemente proibido, não só pelo seu conteúdo como pelo passado político de Mário Soares.

Conhecido por ser uma figura política relevante no contexto das forças políticas de oposição, foi detido pela PIDE em diversas ocasiões e cumpriu pena de prisão em várias cadeias, entre as quais a do Aljube. Acabou ainda por ser deportado para São Tomé em 1968 e dois anos mais tarde exilado em França. Ajudou a fundar o Partido Socialista em 1973.

Cantar de novo

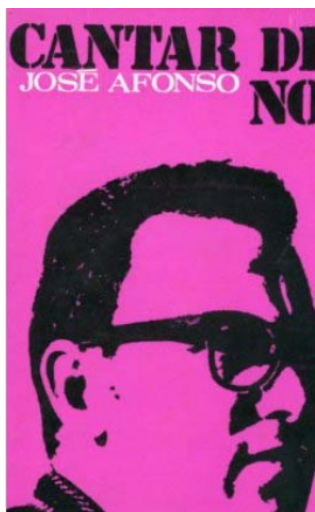


Figura 9 – Primeira edição de *Cantar de Novo*

Fonte: <https://www.livrariaferreira.pt/livro/cantar-de-novo-2/>

Data da primeira publicação: 1970

Autoria: José Afonso (1929 – 1987)

Editora (da primeira edição): Nova Realidade

Número de páginas (da primeira edição): 110

Descrição: Compilação de 53 poemas e canções de José Afonso (também conhecido como Zeca Afonso), aclamado cantor e compositor que chegou a ser preso pela PIDE em 1973. A obra musical de José Afonso foi amplamente censurada, devido ao teor revolucionário das suas canções, que se converteram num símbolo da resistência à ditadura. Neste livro encontram-se poemas como *Os Vampiros*, termo referente aos políticos ou a outros indivíduos que colaboram com as autoridades, que extorquem as posses e a liberdade do povo; *Grândola, Vila Morena*, canção usada como senha de início das operações do Movimento das Forças Armadas na Revolução de 25 de Abril; *Menino do Bairro Negro* que expõe a realidade de uma criança que vive num bairro pobre; *A Morte saiu à Rua* é referente às forças de opressão do regime que saem à rua para espalhar a violência e a morte, sendo esta canção

uma homenagem a José Dias Coelho (1923 – 1961), um artista morto pela PIDE.

Novas Cartas Portuguesas

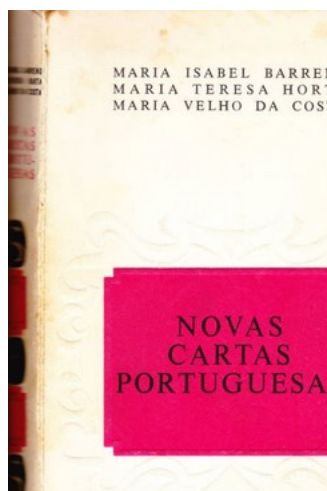


Figura 10 – Primeira edição de *Novas Cartas Portuguesas*.

Fonte: <https://leituria.com/pt/os-livros/prosa/novas-cartas-portuguesas-1-ed>

Data da primeira publicação: 1972

Autoria: Maria Isabel Barreno (1939 – 2016), Maria Teresa Horta (1937 – 2025) e Maria Velho da Costa (1938 – 2020)

Editora: Estúdios Cor (Lisboa)

Nº de páginas: 389

Descrição: Esta obra das “três Marias” é uma das mais relevantes no âmbito da censura, que ocasionou grandes repercussões na sociedade literária da década de 70, em pleno período marcelista. Uma obra de difícil classificação, é composta por 120 fragmentos textuais, ensaios, cartas, poemas, entre outros tipos de texto. As razões para a ação da censura sobre este livro devem-se ao facto de nos textos presentes figurarem pensamentos de índole feminista, que invocam a libertação da mulher, o seu papel numa sociedade ditatorial e conservadora e a inclusão de passagens textuais de teor erótico.

Não faltam igualmente trechos de condenação da situação política do país e da violência irracional suscitada pela guerra colonial.

Considerado obsceno pelos censores, e julgado como uma ameaça à moralidade da sociedade portuguesa, o livro foi proibido e foi instaurado um processo-crime contra as três autoras, que tiveram de responder em tribunal pela sua obra. Foram ilibadas algum tempo após a revolução de 25 de Abril de 1974 (Azevedo, 1997). Apesar de já ter sido realizada uma exposição temporária dedicada às *Novas Cartas Portuguesas*, considera-se que a relevância desta obra perdura na atualidade, sendo, portanto, crucial continuar a debatê-la.

3.3 – Documentação

Embora a obra literária seja a componente central da exposição, a inclusão de documentação histórica é uma mais-valia para tornar a exposição mais apelativa e conceder aos visitantes uma perspetiva mais concreta da realidade do passado. A documentação atua como um meio fidedigno de contacto entre o passado e o presente. Propõe-se que, para cada livro, sejam expostos um ou dois documentos, dependendo das dimensões do texto e do número de documentos existentes passíveis de serem consultados.

Serão incorporados relatórios dos serviços de censura ou da PIDE acerca dos processos de censura ou proibição, assim como mandatos de apreensão das obras e acusações criminais efetivadas contra os autores. Embora existam arquivos e repositórios com uma ampla variedade de documentos provenientes da época dos serviços de censura, a realidade é que nem sempre estes se encontram acessíveis. Na ausência destes, serão substituídos por artigos de imprensa da respetiva época, alusivos ao impacto causado pela sua publicação.

Existe incerteza acerca da quantidade de texto que deve ser apresentada. Os documentos tanto poderão ser exibidos na sua integridade como apenas parcialmente. Tal depende das dimensões de cada documento, da área expositiva disponível nas paredes e do modo de exposição escolhido. Estas questões serão detalhadas no ponto seguinte.

Seguem-se abaixo alguns excertos considerados relevantes, e que devem preferencialmente ser incluídos mesmo que o documento não seja exposto na totalidade:

Introdução da exposição:

Inclusão dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 6.º do Decreto-lei n.º 22 469, de 11 de abril de 1933, já anteriormente referidos no capítulo anterior, exceto o artigo 6.º que se segue:

Art. 6.º As comissões encarregadas da censura não poderão alterar o texto censurado com aditamentos ou substituições, devendo limitar-se a eliminar os trechos ou passagens reputados inconvenientes, de harmonia com o disposto no artigo 3.º (Ministério do Interior, 1933: 654).

Gaibéus

Relatório nº1214 emitido a 15 de fevereiro de 1940:

Este romance que revela um autor de forte poder de análise, descreve a vida do trabalhador humilde do norte que vem trabalhar para as ceifas do arroz no Ribatejo. A sua vida de sacrifício, os aspectos dolorosos do seu desconforto, o cansaço e o desalento do trabalho ao sol forte da canícula, são bem retratados nesta obra que se impõe pelo seu recorte literário.

É um romance realista que além de juntar a côres fortes um quadro de miséria dolorosa, foca também o aspecto social do drama desses humildes ceifeiros.

Não é um livro revolucionário porque os personagens são humildes mesmo perante a brutalidade dos capatazes que os vigiam implacavelmente para que o seu suor se transforme copiosamente em lucro do patrão.

(...) Há, porém, páginas neste livro que chocam pelo realismo, que nalgumas se transformam em pornografia e prejudicam o seu incontestável valor (Direção dos Serviços de Censura, 1940).

O Quarto Dia (A Criação do Mundo)

Dois documentos relativos ao processo-crime imposto a Miguel Torga em 1939, em consequência da publicação desta obra:

Primeiro documento datado de 30 de novembro de 1939, enviado ao Comandante da Polícia de Segurança Pública de Leiria:

Tenho a honra de rogar a V. Ex^a. se digne mandar prender o Dr. Adolfo Rocha, médico nessa cidade, ficando á ordem desta Polícia.

Mais rogo a V. Ex^a. a fineza de ordenar a apreensão dos exemplares que se encontrem á venda ou não, do livro “O Quarto Dia da Criação do Mundo”, de Miguel Torga, que é o pseudonimo daquele médico (Serviços Secretos da PVDE, 1939).

Segundo documento enviado pelo inspetor Francisco Sales Velez ao Secretário-geral da PVDE, a 2 de dezembro de 1939:

Em aditamento ao ofício confidencial desta Inspeção nº.341/939, de 30 de Novembro findo, junto tenho a honra de enviar a V^a. Ex^a. 4 Autos de Busca e Apreensão, respeitantes ás livrarias desta cidade, ATLANTIDA, CUNHA, MOURA MARQUES & FILHO e COIMBRA EDITORA, ás quais foram apreendidos, respectivamente, 4, 3, 1 e 2, num total de 10 exemplares do livro intitulado “QUARTO DIA DA CRIAÇÃO DO MUNDO”, do autor Adolfo Rocha, cujo pseudonimo é Miguel Torga (Serviços Secretos da PVDE, 1939).

Manhã Submersa (Cavalo Degolado)

Carta enviada a Vergílio Ferreira, a 15 de junho de 1953:

Encarrega-me o Exm^o. Director de comunicar a V. Ex^a. que, tendo em atenção as razões e pedidos constantes da sua carta, de 31 de Maio último, e, como aliaz se impunha, mandou proceder a novo exame do livro “CAVALO DEGOLADO”.

Em consequência do referido exame decidiu aquele Exm^o. Senhor que, á luz duma benevolência compreensiva, sobretudo no que respeita aos prejuizos materiais que pode causar a V. Ex^a. a eliminação integral do livro, mas sem ofensa de regras e directivas a que naturalmente estão sujeitos estes Serviços, poderia ser alterado o seu despacho proibitivo inicial desde que sejam aceites

por V. Ex^a. certos cortes agora propostos (...) (Direção dos Serviços de Censura, 1953).

Segunda carta enviada da Direção dos Serviços de Censura a Vergílio Ferreira, a 28 de setembro de 1953:

Encarrega-me o Exm^o. Director de comunicar a V. Ex^a. que autoriza a publicação do livro “CAVALO DEGOLADO”, com as emendas apresentadas por V^a. Ex^a., para substituição dos cortes feitos no referido livro, com as quais o Exm^o. Director concordou.

Rogo a V^a. Ex^a. se digne enviar a estes serviços, depois de composto e impresso, um exemplar do livro, “CAVALO DEGOLADO”, para censura posterior e arquivo (Direção dos Serviços de Censura, 1953).

Quando os Lobos Uivam

Relatório n.º 6282 emitido pelos serviços de censura, a 7 de fevereiro de 1959:

O autor intitula este livro de romance, mas com mais propriedade devia chamar-lhe um romance panfletário, porque todo ele foi architectado para fazer um odioso ataque á actual situação política.

Escrito numa prosa viril, classifica o Governo de “piratas” e descreve várias Autoridades, Funcionários, Polícia, Guarda Republicana e Tribunais em termos indignos e insultuosos.

(...) É evidente que, se o original tivesse sido submetido a censura prévia, não seria autorizado, porque é, talvez, a obra de maior ataque político que ultimamente tenho lido. (...)

Sucede, porém, estou disso certo, que já devem ter sido vendidos muitas centenas de exemplares, e muitos outros também, já devem ter passado a fronteira, por isso, deixo ao esclarecido critério de V^a. Ex^a., decidir se nesta altura, será de boa política mandar apreender o livro, (...) (Direção dos Serviços de Censura, 1959).

Luuanda

Despacho que decreta a dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores, publicado a 21 de maio de 1965. Devido à dimensão do artigo, serão exibidas apenas as seguintes passagens:

É o seguinte o teor do despacho de extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, ontem exarado pelo ministro da Educação Nacional:

«Considerando que a Sociedade Portuguesa de Escritores, através de júri designado pelos seus corpos gerentes, atribuiu o Grande Prémio de Novelística a um indivíduo condenado criminalmente a 14 anos de prisão maior por actividades de terrorismo na província de Angola;

«Considerando que, apesar de tornadas do domínio público a identidade e a situação do mesmo indivíduo, nem o júri revogou aquela decisão nem os corpos gerentes a repudiaram; (...)

«Considerando a gravidade excepcional dos factos referidos, que, além do mais, profundamente ofendem o sentimento nacional, quando soldados portugueses tombam no Ultramar vítimas do terrorismo de que o premiado foi averiguadamente agente; (...)

Determino, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 39 660, de 20 de Maio de 1954, a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores (Diário de Lisboa, 1965).

Notícia acerca do ataque às instalações da Sociedade Portuguesa de Escritores, publicado a 22 de maio de 1965. São incluídas as seguintes passagens:

Lisboa, 22 – Ao princípio da noite, um grupo de populares, manifestou-se em frente da Sociedade Portuguesa de Escritores. Em virtude desta manifestação resultaram alguns danos materiais.

Segundo a reportagem do «Diário de Notícias», o assalto à Sociedade Portuguesa de Escritores processou-se do seguinte modo:

«Cerca de cinquenta desconhecidos assaltaram ontem à noite, cerca das 22 horas, a sede da Sociedade Portuguesa de Escritores.

Os assaltantes começaram por afixar numa das portas de entrada um dístico onde se podia ler: «Agência de terroristas na Metrópole». Nas várias salas e nas paredes, viam-se ainda outras frases, uma delas: «MPLA – Sucursal». Todo o mobiliário foi completamente destruído. Portas e janelas danificadas. Candeeiros e molduras partidas. Máquinas de escrever e ficheiros inutilizados. Os prejuízos são elevadíssimos (ABC – Diário de Angola, 1965).

Antologia de Poesia Erótica e Satírica – dos Cancioneiros Medievais à Actualidade

Relatório nº 7677 emitido pelo censor Joaquim Palhares, a 30 de dezembro de 1965:

Apesar do pretensioso prefácio da autora da selecção, eivado de tendências sartreanas e das intêncões que daí derivam, não é possível admitir que seja viável a circulação deste livro em Portugal, dado o seu character pornográfico. Este aspecto do livro é acentuado pelo facto de uma das partes mais salientes dele ser a transcrição de poesias editadas outrora em livros clandestinos, atribuídas a Bocage e a Junqueiro, as quais têm sido consideradas apócrifas por muitos estudiosos.

(...) Fica-nos pois a impressão de que esta obra pretende ser a contribuição comunista para as comemorações bocageanas que estão em realização. Nestas condições propõe-se a proibição rigorosa deste livro (Direção dos Serviços de Censura, 1965).

Notificação dos arguidos envolvidos na publicação da antologia, comunicado a 15 de julho de 1966:

MANDADO – O DOUTOR AUGUSTO SAUDADE E SILVA, JUIZ
CORREGEDOR DO QUARTO JUIZO CRIMINAL DA COMARCA DE LISBOA.
Manda que sejam notificados os arguidos abaixo mencionados para no prazo de oito dias, deduzirem a sua defesa e oferecerem o seu rol de testemunhas, nos autos de abuso de liberdade de imprensa em que é queixoso o Ministério Público e arguidos Natália de Oliveira Correia e outros.
A NOTIFICAR – ARGIDOS

- NATÁLIA DE OLIVEIRA CORREIA, casada, escritora, Rua Rodrigues Sampaio, 52, 5º andar direito, em Lisboa
- FERNANDO RIBEIRO BENTO DE MELO, casado, vendedor editorial, Avenida António Augusto de Aguiar, 3, 2º andar, letra A
- MÁRIO CESARINY DE VASCONCELOS, residente em Lisboa
- JOSÉ CARLOS PEREIRA ARY DOS SANTOS, solteiro, técnico de publicidade, Rua Saraiva de Carvalho, 84, em Lisboa
- ARTUR GERALDO SOARES, casado, bacharelado em Direito e jornalista, Rua de Timor, 17, 1º andar direito, em Lisboa
- FRANCISCO MARQUES ESTEVES, casado, empregado de escritório, Rua A, 37, 2º andar esquerdo, no Bairro Catarino (Tribunal Criminal de Comarca de Lisboa, 1966).

O Canto e as Armas

Poema *As Mãos* de Manuel Alegre, incluído em *O Canto e as Armas*.

Interpretado musicalmente por Adriano Correia de Oliveira em 1969, este foi um dos vários poemas de Manuel Alegre que configuram na documentação da Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos, relativa a processos da censura contra autores e intérpretes:

As Mãos

Com mãos se faz a paz se faz a guerra
 com mãos tudo se faz e se desfaz
 com mãos se faz o poema e são de terra
 com mãos se faz a guerra e são a paz

Com mãos se rasga o mar com mãos se lavra
 não são de pedras estas casas mas de mãos
 e estão no fruto e na palavra
 as mãos que são o canto e são as armas

E cravam-se no tempo como farpas
 as mãos que vês nas coisas transformadas
 folhas que vão no vento, verdes harpas

De mãos é cada flor, cada cidade
ninguém pode vencer estas espadas
nas tuas mãos começa a liberdade (Alegre, 1967).

Escritos Políticos

Relatório nº 8590 emitido pelo censor José Brandão Pereira de Mello, a 6 de outubro de 1969:

Não se trata de matéria política de propaganda eleitoral, mas sim de um ataque ao Governo e às bases organico-políticas do actual sistema político-social.

Aliás, em termos geralmente inconvenientes pois alguns trechos capitulares tiveram, confessadamente intervenção da Censura, quando apresentadas para jornais diários.

Tratando-se pois, como se trata, de uma obra de puro ataque político mal-intencionado e inoportunissimo, parece-me preferível proibir a sua circulação (Direção dos Serviços de Censura, 1969).

Cantar de Novo

Carta emitida ao Ministro do Interior, a 17 de julho de 1965, acerca do disco *Baladas de Coimbra* (1962) de José Afonso, com canções que seriam mais tarde incluídas no livro *Cantar de Novo* (1970):

Para conhecimento de Sua Excelência o Ministro, tenho a honra de informar que se encontra à venda um disco de 45 r.p.m da autoria do Dr. José Afonso, aliás José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, que contém as canções “MENINO DO BAIRO NEGRO” e “OS VAMPIROS”.

Dado o carácter subversivo da letra daquelas canções, especialmente da intitulada “OS VAMPIROS”, foi solicitado à Direcção dos Serviços de Censura informação sobre se estava autorizada a venda daquele disco, obtendo-se a resposta que se transcreve:

“...tenho a honra de informar de que está esta Direcção perfeitamente de acordo com a imperiosa necessidade de acção prévia de censura na edição ou venda de discos, suas embalagens e capas, para se não verificarem casos como os aludidos no mesmo officio (...).”

Para melhor apreciação, junta-se fotocópia da capa do disco em causa, sendo esta Direcção de opinião que deveria ser proibida a sua venda (Direção dos Serviços da PIDE, 1965).

Novas Cartas Portuguesas

Carta dirigida ao Diretor-Geral da Informação, a 25 de maio de 1972, integrada no relatório nº 9462:

(...) 2) Algumas das passagens são francamente chocantes por imorais, (v.g. pags. 48, 88, 98, 102, 122, 140, 164, 188, 214, 216, 246, 284, 316 e 318,), constituindo uma ofensa aos costumes e à moral vigente no país.

CONCLUINDO: Sou do parecer que se proíba a circulação no País do livro em referência, enviando-se o mesmo à Polícia Judiciária para efeitos de instrução do processo-crime (Direção dos Serviços de Censura, 1972).

Conclusão da exposição

Na conclusão da exposição serão incluídos os seguintes excertos dos artigos 37.º, 38.º e 42.º da Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976:

ARTIGO 37.º

(Liberdade de expressão e informação)

1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de se informar, sem impedimentos nem discriminações.
2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura. (...)

ARTIGO 38.º

(Liberdade de imprensa)

1. É garantida a liberdade de imprensa
2. A liberdade de imprensa implica a liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores literários, bem como a intervenção dos primeiros na orientação ideológica dos órgãos de informação não pertencentes ao Estado

ou a partidos políticos, sem que nenhum outro sector ou grupo de trabalhadores possa censurar ou impedir a sua livre criatividade.

3. A liberdade de imprensa implica o direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.

(...) 5. Nenhum regime administrativo ou fiscal, nem política de crédito ou comércio externo, pode afectar directa ou indirectamente a liberdade de imprensa, devendo a lei assegurar os meios necessários à salvaguarda da independência da imprensa perante os poderes político e económico.

ARTIGO 42.º

(Liberdade de criação cultural)

1. É livre a criação intelectual, artística e científica.

2. Esta liberdade compreende o direito à invenção, produção e divulgação da obra científica, literária ou artística, incluindo a protecção legal dos direitos de autor.¹⁶

3.4 – Museografia: plano da exposição

Durante o processo de escolha do espaço mais apropriado para a exposição foram realizadas várias visitas ao Museu do Aljube, durante as quais se obteve acesso às salas de exposições temporárias. Como já foi anteriormente referido no primeiro capítulo, existem duas salas de exposições temporárias, uma no piso 0 e outra no piso 4. Pretende-se que a exposição seja de pequenas dimensões, e que seja realizada num espaço que proporcione a intimidade e o contato com as obras literárias. A sala do piso 4 adequa-se a este tipo de exposição, devido às suas menores dimensões comparativamente com a sala do piso 0, e também devido ao seu plano retangular, o que auxilia na criação de uma narrativa histórica linear, facilmente seguida pelos visitantes.

¹⁶ Estes artigos encontram-se no título II (direitos, liberdades e garantias), da parte I (direitos e deveres fundamentais) da Constituição da República Portuguesa (de 2 de abril de 1976).



Figura 11 – Planta do piso 4, Museu do Aljube.

Fonte: <https://www.museudoaljube.pt/exposicao-permanente/>



Figura 12 – Sala de exposições temporárias, piso 4. Perspetiva do fim da sala.

Fonte: Margarida Dias, 2025

Este piso não pertence à estrutura original do edifício, tendo sido construído posteriormente. Uma vantagem, é que este piso foi projetado para receber uma maior exposição solar, contrastando com o restante edifício, marcado pela falta de aberturas com o exterior e pela obscuridade, como é esperado para uma prisão. A iluminação artificial do teto continuará a ser utilizada, mas a luz solar será a maior fonte de iluminação. A presença da luz solar normalmente suscita

preocupações relativamente às condições de conservação dos artigos expostos, nomeadamente de papel, como os livros. A sala encontra-se, no entanto, orientada para sul e, apesar de entrar luz solar direta, conclui-se que os livros não estarão expostos a esta. Acrescenta-se o facto de que devido ao tempo limitado da exposição, prevista para durar alguns meses, este tempo não seria o suficiente para causar danos significativos nas obras.

Apesar da infraestrutura antiga do edifício, o museu do Aljube contém um elevador que chega até ao piso 4, facilitando assim a acessibilidade a este espaço.

Um facto a ter em consideração, é que as paredes da sala não são contínuas, existindo aberturas que dividem a superfície. Apenas duas paredes podem ser aproveitadas para a exposição. A parede do lado esquerdo (relativamente à entrada da sala) contém quatro acessos à varanda, fechados por portas de vidro, com as mesmas dimensões e distância entre si. A parede do fundo da sala, adjacente às paredes do lado esquerdo e direito encontra-se, quase na totalidade, ocupada por uma janela. A parede do lado direito contém um acesso para pessoal autorizado, uma estreita abertura com um extintor e uma saída de acesso às casas de banho e ao elevador. A ideia inicial seria distribuir simetricamente os livros, os documentos e os textos pelas duas paredes, mas devido a estas limitações não será possível. É fundamental cooperar com as características do espaço, pois estas nem sempre podem ser alteradas. As aberturas e acessos da sala serão aproveitados como “separadores”, servindo como um espaço de intervalo entre as obras.

Iniciado o percurso expositivo, o visitante depara-se com um texto introdutório no início da sala, no qual serão explicados o tema e os motivos da realização da exposição. Será igualmente apresentado um texto sucinto acerca da atuação da polícia política e dos serviços de censura nas obras literárias, referindo o processo de denúncia e apreensão, os cortes realizados nos livros ou a sua efetiva proibição, o encerramento das editoras e tipografias que compactuavam na distribuição destes livros e os processos criminais que os escritores podiam enfrentar. Existirá ainda uma lista com as entidades políticas e de segurança associadas ao processo da censura, tais como os diferentes

tipos de polícia política (PVDE, PIDE e DGS), a Direção Geral dos Serviços de Censura, o Secretariado Nacional de Informação, a Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, entre outros. É necessário considerar que o tema da censura à imprensa já foi debatido no piso 1, no início da exposição de longa duração. Esta área deve ser revista, para se evitar a repetição de informações na exposição temporária.



Figura 13 – Área para os textos de introdução

Fonte: Margarida Dias, 2025

Os livros estarão em cima de pequenas mesas ou de suportes de plástico ou de madeira, de preferência com cerca de um metro a um metro e vinte de altura. No lado esquerdo da sala, cada suporte ficará centrado em cada área de parede disponível, separados pelas janelas e a igual distância entre si. Nesta parede serão, portanto, incluídos, a introdução, as obras *Gaibéus*, *O Quarto Dia*, *Manhã Submersa* e *Quando os Lobos Uivam*, assim como os respetivos textos e documentos.



Figura 14 – Área de exposição para cada obra, parede esquerda

Fonte: Margarida Dias, 2025

Com uma dimensão semelhante à área do texto de introdução da exposição, a área envolvente de cada obra na parede esquerda conterá vários elementos. A meio situa-se, como foi referido previamente, o suporte com o livro. Do lado esquerdo do suporte serão incluídos: um texto biográfico do(s) autor(es) – nascimento, morte, carreira política e literária e as acusações criminais que enfrentaram; uma fotografia do(s) autor(es); um texto que resume brevemente o livro em questão e um texto explicativo dos motivos que resultaram na sua censura. No caso das *Novas Cartas Portuguesas*, por ter três autoras, os textos biográficos devem ser mais sucintos. No lado direito do suporte, serão incorporados os textos da documentação.

Na parede direita o *layout* será semelhante, mas adaptado à superfície disponível. Neste lado serão incluídas as restantes seis obras, mais o texto de conclusão da exposição. Sugere-se que, no espaço disponível até à saída de acesso a pessoal autorizado, sejam incluídas as obras *Luuanda* e *Antologia de Poesia Erótica e Satírica*. No espaço situado entre o extintor e a saída para o elevador e as casas de banho, ficará a obra *O Canto e as Armas*. Na restante área até ao final da sala ficarão os livros *Escritos Políticos*, *Cantar de Novo*, e *Novas Cartas Portuguesas*, mais o texto de conclusão. A conclusão, de uma forma igualmente sucinta, abordará a questão do fim do Estado Novo e a

implementação da liberdade de expressão, recorrendo aos artigos previamente mencionados da Constituição Portuguesa de 1976.



Figura 15 – Espaço para *Luuanda* e *Antologia de Poesia Erótica e Satírica*
Fonte: Margarida Dias, 2025

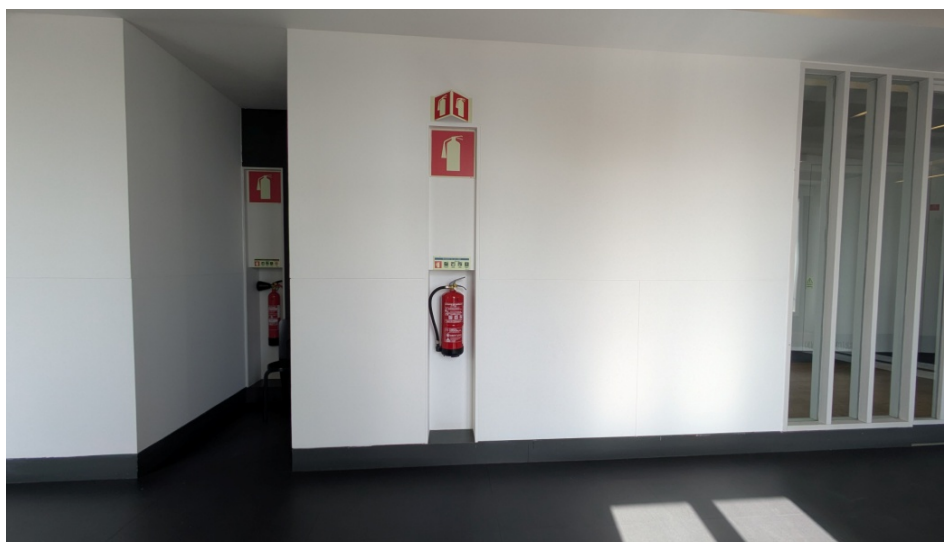


Figura 16 – Espaço para *O Canto e as Armas* (a partir do extintor)
Fonte: Margarida Dias, 2025



Figura 17 – Espaço para *Escritos Políticos*, *Cantar de Novo*, *Novas Cartas Portuguesas* e texto de conclusão

Fonte: Margarida Dias



Figura 18 – Plano de exposição.

Fonte: <https://www.museudoaljube.pt/exposicao-permanente/> (imagem alterada)

Pretende-se que os visitantes possam folhear livremente os livros. Cada livro terá entre cinco a dez marcadores *post-it* em determinadas páginas, de modo a que os visitantes possam ler algumas das passagens textuais mais relevantes.. Deverá ser realizada uma avaliação textual de cada livro para selecionar as

páginas que serão marcadas. No caso das *Novas Cartas Portuguesas* serão marcadas algumas das páginas indicadas no relatório n.º 9462.

Em relação à documentação da PIDE e dos serviços de censura existem dois modos de exposição considerados: a inclusão de fotografias dos documentos originais ou de *fac-símiles*, ou então a reprodução direta do seu texto nas paredes. Embora haja preferência pela primeira opção, por facultar aos visitantes uma visão da aparência dos documentos originais, a reprodução direta do texto na parede pode ser uma opção mais viável por facilitar a legibilidade e organização do espaço. Deverão ser realizadas medições do espaço para concluir qual a opção mais conveniente. Tal dependerá do tamanho dos textos e do tamanho das fotografias dos documentos.

Relativamente aos painéis de texto, existem algumas dúvidas relativamente às cores escolhidas. Existe a opção de manter os painéis brancos, com as letras a negro ou então de utilizar painéis vermelhos, com os textos a branco, como é comum em algumas áreas do museu. O branco demonstra simplicidade enquanto o vermelho enquadra-se no tema do museu. Independentemente das cores escolhidas, a legibilidade dos textos é a característica prioritária que guiará as escolhas a nível do design.

A linguagem empregada nos textos deverá ser acessível, com vocábulos simples e construções frásicas sucintas. É fulcral ter em consideração o público escolar, um dos públicos-alvo deste projeto, que frequenta assiduamente o museu do Aljube (ensinos básico e secundário), e os diferentes níveis de escolaridade do público adulto.

Outro facto a ter em consideração é a presença de uma larga percentagem de visitantes estrangeiros, o que implica a integração de medidas inclusivas para este tipo de público. De acordo com os dados do Relatório e Contas da EGEAC de 2019, 52,2% do total dos 34.924 visitantes eram de nacionalidade estrangeira¹⁷. Os dados mais recentes de 2023 contam com um total de 49.976 visitantes¹⁸, e apesar de não ser feita uma distinção entre o público nacional e estrangeiro, pressupõe-se que o público estrangeiro continue a representar

¹⁷ Para consulta: <https://egeac.pt/wp-content/uploads/2021/02/relatorio-contas-2019.pdf>

¹⁸ Para consulta: <https://egeac.pt/wp-content/uploads/2024/04/rc2023.pdf>

uma grande parcela dos visitantes. Não foram encontrados dados específicos acerca das nacionalidades dos visitantes, porém o inglês é geralmente escolhido como o idioma de comunicação mais acessível e universal. Por conseguinte, a inclusão de textos em inglês será um contributo necessário para integrar o público estrangeiro, como já acontece em diversas áreas da exposição de longa duração. Como tal, sugere-se que, ao lado ou em baixo dos textos em português, haja as traduções destes textos para inglês. Os textos em inglês deverão ter o tamanho da letra reduzido relativamente aos textos em português, para, deste modo, facilitar a gestão do espaço. A cor da letra deve também ser diferente, para se destacar. No caso dos painéis de texto serem brancos, os textos a inglês deverão ficar a cinzento escuro. Se os painéis forem vermelhos, os textos deverão estar num tom amarelado, mas próximo do branco.

Relativamente à integração do público estrangeiro no museu, pretende-se ainda que, à entrada da sala exista uma mesa ou um suporte com folhetos em várias línguas, que os visitantes possam livremente tirar. Como foi referido anteriormente, cada livro terá marcadores para salientar alguns trechos relevantes. Na impossibilidade de colocar traduções para todas estas páginas nas paredes, pretende-se que os folhetos incluam cerca de três a cinco passagens textuais de cada livro, traduzidos para inglês, francês, espanhol e alemão. Os excertos textuais escolhidos não deverão ser longos, não ocupando mais do que uma página do folheto, cada um. O nome do livro e a autoria devem ser colocados na parte superior da página, as páginas do livro devem ser indicadas na parte inferior.

3.5 – Programação paralela

A limitação do espaço expositivo impossibilita o desenvolvimento aprofundado de certos subtemas, resultando numa exposição sucinta. Como já foi referido no primeiro capítulo, a adição de programação paralela associada a exposições temporárias é uma estratégia predominante no museu do Aljube, sendo uma excelente oportunidade de facultar aos visitantes um seguimento da exposição e de explorar tópicos que não houve oportunidade de desenvolver.

Os exemplos que se seguem são apenas sugestões e deverão ser estudadas as opções mais viáveis para a execução de cada um destes programas. As atividades devem ser adaptadas aos espaços onde serão realizadas, aos suportes materiais e tecnológicos disponíveis, à quantidade de *staff* disponível e ao orçamento financeiro idealizado para cada caso.

Propõe-se, para começar, a realização de ciclos de conversa e debates em torno de cada um dos livros expostos, que ainda não tenha sido previamente abordados no museu, como por exemplo *Quando os Lobos Uivam* de Aquilino Ribeiro, ou *Escritos Políticos* de Mário Soares. Estes programas seriam realizados no auditório.

Ainda no seguimento dos debates literários, sugerem-se mais sessões do clube de leitura “Leia Mulheres” acerca livros das escritoras mencionadas na exposição. Tomam-se como exemplos, *Minha Senhora de Mim* de Maria Teresa Horta, ou *Comunicação* de Natália Correia.

Segue-se a exibição do documentário *Novíssimas Cartas Portuguesas* (2022), produzido por Irina Pampim Silva. Neste documentário é analisado o impacto cultural das *Novas Cartas Portuguesas* e do movimento feminista impulsionado pelas “três Marias”. A realizar igualmente no auditório do museu.

Considera-se também fundamental a realização de visitas orientadas, de preferência com algum especialista em literatura portuguesa ou censura literária. Seguindo o exemplo das visitas orientadas previamente realizadas no museu, deverão ser preparadas visitas com audiodescrição para visitantes com deficiência visual e também em língua gestual portuguesa para visitantes com deficiência auditiva.

Prossegue-se com a proposta de uma espécie de concurso em que os participantes escrevem poesia ou prosa de resposta a algumas das obras mencionadas na exposição, criando, deste modo, um diálogo entre o passado e o presente.

Por fim, propõe-se ainda a criação de uma nova exposição temporária que aprofunde um subtema não desenvolvido nesta exposição. Pode, por exemplo, planear-se uma exposição baseada num dos livros, como já foi realizado com as *Novas Cartas Portuguesas*, ou uma exposição apenas focada na exibição

de documentos originários da Torre do Tombo ou de outros arquivos, relativos à censura da imprensa ou da literatura.

Considerações finais

O desenvolvimento do presente projeto foi uma experiência de aprendizagem na qual adquiri novos conhecimentos, não só no campo da censura e da literatura – através de novas obras e novos autores – como também no âmbito da museologia e da museografia, através da conceção e planeamento de um projeto expositivo. Foram abordadas as etapas necessárias para a realização do mesmo, passando pelo estudo e análise do local de exposição, pela seleção rigorosa de todo o conteúdo a ser exibido, pela gestão do design expositivo, assim como pelas sugestões de novas programações paralelas.

Considero que os livros podem ser exibidos tanto como um testemunho histórico como uma obra de arte, pois de ambas as formas tanto nos ensinam e nos fazem vivenciar o passado, como podem ser apreciados pelas suas qualidades literárias.

Ao longo do trabalho foi explorada a dinâmica entre a museologia e a literatura, duas áreas que se podem complementar, por exemplo, através do enriquecimento do espaço expositivo com a inclusão de obras literárias, apesar de estas serem objetos museológicos pouco convencionais. Através de uma obra literária é possível aceder a novas realidades e contextos históricos vivenciados pelos seus autores, motivando assim a sua integração num espaço museológico.

A censura é, por sua vez, um tópico com o qual as gerações nascidas antes da década de 70 se encontram familiarizadas; todavia, é pouco conhecido ou ignorado pelas gerações mais jovens. O Museu do Aljube é frequentemente visitado por grupos escolares de diversas faixas etárias, sendo um dos públicos-alvo do projeto expositivo. É crucial apostar na instrução dos jovens para desenvolver o seu espírito crítico, para que sejam gratos por crescerem em democracia e para que a nossa sociedade não volte a cair numa era de censura. Demorou-se décadas (ou na realidade, séculos) a conquistar a liberdade de expressão, e mesmo nos dias de hoje continua a não ser um direito indestrutível. Nota-se, nos meios de comunicação, principalmente através das redes sociais, um crescimento das ideologias extremistas que representam um sério risco para a democracia.

Apesar de este projeto não ter sido executado na prática, considero que esta é uma exposição que poderá, de um modo relativamente fácil, ser futuramente concretizado tanto no Museu do Aljube como noutra tipo de espaço museológico. A adição de programação paralela serviria de complemento à exposição e seria importante também para incentivar a um modo de aprendizagem mais ativo para o público.

Gostaria que este trabalho fosse igualmente uma forma de agradecimento aos escritores aqui mencionados e a muitos outros cujos nomes acabaram por não ser referidos – infelizmente a maioria já não se encontra entre nós – pela sua coragem e por desafiarem o sistema opressivo da ditadura.

Referências bibliográficas

Afonso, J. (1970). Nova Realidade.

Alegre, M. (1967). *O Canto e as Armas*. Nova Realidade.

Azevedo, C. (1997). *Mutiladas e proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Editorial Caminho.

Azevedo, C. (1999). *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Editorial Caminho.

Barreno, M. I., Costa, M. V. & Horta, M. T. (1972). *Novas Cartas Portuguesas*. Estúdios Cor.

Cádima, F. R. (2013). Imprensa, Poder e Censura. Elementos para a história das práticas censórias em Portugal. *Revista Media & Jornalismo*, 9(22), 101-129.

Correia, N. (1966). *Antologia de Poesia Erótica e Satírica*. Afrodite.

Ferreira, V. (1954). *Manhã Submersa*. Sociedade de Expansão Cultural.

Martins, A. R. (2015). *A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/18144>

Nunes, H. B. (2016). “*Estes Escritores Morreram*”. *A Censura aos livros e à Leitura no Estado Novo*. Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão. https://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/Boletim%20Cultural%20V%20N%20FamalicaoN10-11_2016-2017p196-215_CENSURA_Henrique%20Barreto%20Nunes.pdf

Nunes, R. (2019). *Aquilino Ribeiro – Percursos de um escritor, em tempo de ditadura (1926-1963)* [Tese de Doutoramento, Universidade Aberta]. Repositório Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/8425>

Redol, A. (1939). *Gaibéus*. Livraria Portugália.

Ribeiro, A. (1958). *Quando os Lobos Uivam*. Livraria Bertrand.

Rodrigues, G. A. (1980). *Breve história da censura literária em Portugal*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Soares, M. (1969). *Escritos Políticos*. Mário Soares.

Topa, F. (2015). A sádica nostalgia das fogueiras do Santo Ofício: o processo judicial contra a antologia de poesia portuguesa erótica e satírica. *Historiæ*, 6(1), 122–141. <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5410>

Torga, M. (1939). *O Quarto Dia*. Tipografia da Atlântida.

Vieira, J. L. (1963). *Luuanda*. ABC – Diário de Angola.

Webgrafia

Adeus, Pátria e Família. Museu do Aljube.

<https://www.museudoaljube.pt/expo/adeus-patria-e-familia/>

Cantar de Novo. (2019). Livraria Manuel Ferreira.

<https://www.livrariaferreira.pt/livro/cantar-de-novo-2/>

ESCRITOS POLÍTICOS Mário Soares 1ª Ed. 1969. Livraria Histórica

Ultramarina. <https://livrariaultramarina.pt/shop/escritos-politicos-mario-soares-1a-ed-1969/>

Exposição Permanente. Museu do Aljube.

<https://www.museudoaljube.pt/exposicao-permanente/>

Lote – Alves Redol. (2017). BestNet Leilões.

<https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-487/alves-redol-com-dedicatoria>

Lote – Antologia da Poesia Erótica e Satírica (1966). (2017). BestNet Leilões.
<https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-394/antologia-da-poesia-erotica-e-satirica-1966>

Lote – Vergílio Ferreira. (2017). BestNet Leilões.
<https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-197/vergilio-ferreira-com-dedicatoria-2>

*LUUANDA * Luandino Vieira * 1963 1ª Edição (Luanda)*. Livraria Histórica Ultramarina. <https://livrariaultramarina.pt/shop/luuanda-luandino-vieira-1963-1a-edicao-luanda-2/>

Novas Cartas Portuguesas. Museu do Aljube.
<https://www.museudoaljube.pt/expo/mulheres-e-resistencia-novas-cartas-portuguesas-e-outras-lutas/>

Novas Cartas Portuguesas (1ª ed.). (2025). Leitura. <https://leitura.com/pt/os-livros/prosa/novas-cartas-portuguesas-1-ed>

O Canto e as Armas. (2025). Livraria Alfarrabista Liliana Queiroz.
<https://www.livrariaalfarrabista.com/index.php?livro=29474&titulo=LONGOS%20DIAS%20T%20CAM%20CEM%20ANOS%20PRESEN%20C7A%20DE%20VIEIRA%20DA%20SILVA>

O Quarto dia da Criação do Mundo. (2025). Livraria Trindade.
<https://www.livraria-trindade.pt/produto/o-quarto-dia-da-criacao-do-mundo/>

Programação 2024. Museu do Aljube.
<https://www.museudoaljube.pt/programacao/?fy=2024>

Quando os Lobos Uivam. (2019). Livraria Manuel Ferreira.
<https://www.livrariaferreira.pt/livro/quando-os-lobos-uivam/>

Quem somos?. Movimento Cívico Não Apaguem a Memória.
<https://maismemoria.org/mm/home/quem-somos/>

Relatório e Contas 2019. (2021). EGEAC. <https://egeac.pt/wp-content/uploads/2021/02/relatorio-contas-2019.pdf>

Relatório e Contas 2023. (2024). EGEAC. <https://egeac.pt/wp-content/uploads/2024/04/rc2023.pdf>

Sobre o museu. Museu do Aljube. <https://www.museudoaljube.pt/sobre-o-museu/>

Legislação e documentação

Constituição da República Portuguesa de 1933. (1933). *Diário do Governo* série I, 43 (fevereiro): 227-36.

<https://files.dre.pt/1s/1933/02/04301/02270236.pdf>

Constituição da República Portuguesa de 1976. (1976). *Diário da República*, série I, 86 (abril): 738-75. <https://files.dre.pt/1s/1976/04/08600/07380775.pdf>

Despacho de Extinção da Sociedade Portuguesa de Autores. (1965, 21 de maio). *Diário de Lisboa*, 10. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/livrosqueforamnoticia/Luuanda/6/DiariodeLisboa_21Mai1965_0010.pdf

Direção Geral dos Serviços de Censura. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4326865>

Direção dos Serviços de Censura. (1965). "Circular nº 309". Documentos João Soares Louro. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07419.032.007#11>

Direção dos Serviços de Censura. (1953). "Manhã Submersa" ou "Cavalo Degolado". Arquivo Nacional Torre do Tombo.

<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=6519638>

Direção dos Serviços de Censura. (1940). "Relatório nº1214". Ephemera – Biblioteca e Arquivo José Pacheco Pereira.

<https://ephemerajpp.com/2011/12/04/censura-relatorio-no-1214-15-de-fevereiro-de-1940-relativo-a-gaibeus-de-alves-redol/>

Direção dos Serviços de Censura. (1959). “Relatório nº 6282”. Ephemera – Biblioteca e Arquivo José Pacheco Pereira.

<https://ephemerajpp.com/2011/12/03/censura-relatorio-no-6282-7-de-fevereiro-de-1959-relativo-a-quando-os-lobos-uivam-de-aquilino-ribeiro/>

Direção dos Serviços de Censura. (1965). “Relatório nº 7677”. Ephemera – Biblioteca e Arquivo José Pacheco Pereira.

<https://ephemerajpp.com/2012/02/06/censura-relatorio-no-7677-30-de-dezembro-de-1965-relativo-a-antologia-de-poesia-portuguesa-erotica-e-satirica-organizada-por-natalia-correia/>

Direção dos Serviços de Censura. (1969). “Relatório nº 8590”. Ephemera – Biblioteca e Arquivo José Pacheco Pereira.

<https://ephemerajpp.com/2017/01/10/censura-relatorio-no-8590-relativo-aos-escritos-politicos-de-mario-soares-6-de-marco-de-1969/>

Direção dos Serviços de Censura. (1972). “Relatório nº 9462”. Ephemera – Biblioteca e Arquivo José Pacheco Pereira.

<https://ephemerajpp.com/2012/02/04/censura-relatorio-no-9462-26-de-maio-de-1972-relativo-a-novas-cartas-portuguesas-de-maria-isabel-barreno-maria-teresa-horta-maria-velho-da-costa/>

Direção dos Serviços da PIDE. (1965). “Apreensão de disco de Zeca Afonso *Baladas de Coimbra*”. Documentos João Soares Louro.

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07421.016#!14>

Dissolvida pelo Ministro da Educação a Sociedade Portuguesa de Escritores. (1965, 22 de maio). *ABC – Diário de Angola*, 8. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/livrosqueforamnoticia/Luanda/6/ABC_DiariodeAngola_22Mai1965_0001_0009.pdf

Ministério do Interior. (1926). “Decreto-lei nº 11 839”. *Diário do Governo* série I, 143 (julho): 685-90.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1926/07/14300/06850690.pdf>

Ministério do Interior. (1933). “Decreto-lei nº22 469”. *Diário do Governo* série I, 83 (abril): 654. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1933/04/08300/06540654.pdf>

Presidência do Concelho e Ministério da Justiça. (1972). “Decreto-lei nº 150/72”. *Diário do Governo* série I, 106 (maio): 570(1)-570(14).

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1972/05/10601/00010014.pdf>

Secretariado Nacional de Informação. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4314203>

Serviços Secretos da PVDE. (1939). “Processo crime de Adolfo Correia Rocha, de pseudónimo Miguel Torga”. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4310158>

Tribunal da Comarca de Lisboa. (1966). “Autos de abuso de liberdade de imprensa – arguidos: Natália de Oliveira Correia e outros”. Arquivo Nacional Torre do Tombo. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=8011685>